

Instituto Superior de Psicologia Aplicada



A RELAÇÃO ENTRE O *BONDING* PARENTAL, O *STRESS* PARENTAL, OS  
COMPORTAMENTOS DE VINCULAÇÃO E A PERCEÇÃO DE COMPETÊNCIA E  
ACEITAÇÃO DA CRIANÇA EM IDADE ESCOLAR

**Ana Rita Pinto Lourenço** N° 13676

Dissertação orientada por: Professora Cecília Aguiar

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de

**Mestre em Psicologia**

Especialidade em Psicologia Clínica

**2007/2008**

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação da Professora Cecília Aguiar, apresentada no Instituto Superior de Psicologia Aplicada para obtenção de grau de Mestre na especialidade de Psicologia Clínica conforme o despacho da DGES, nº 19673 / 2006. publicado em Diário da República 2ª série de 26 de Setembro, 2006.

Agradeço todo apoio dado pela professora Cecília Aguiar e a paciência da família e amigos.



A vinculação tem um papel importante ao longo da vida, nomeadamente nos relacionamentos posteriores e na percepção do valor próprio (Bowlby, 1980a). O presente estudo examina através do *Parental Bonding Instrument* (Parker, Tupling, & Brown, 1979) a percepção de 43 mulheres e de 39 homens sobre o *bonding* dos seus pais e, recorrendo à versão portuguesa do *Parental Stress Index* (Abidin, 1995), a percepção de *stress* vivido na relação com os seus filhos. As escalas de Percepção do Comportamento de Vinculação da criança para mães (PCV-Mãe) e professores (PCV-P) (Dias Soares, Freire, & Rios, 2007) permitiram analisar a percepção dos comportamentos de vinculação de 43 crianças (dos 6 aos 8 anos). A percepção das crianças em domínios de competência e aceitação (precursora da auto-estima) foi estudada através da Escala Pictográfica de Harter e Pike (1984), em fase de adaptação por Mata, Monteiro e Peixoto (2008). Foi encontrada uma associação entre a percepção de *stress* parental elevado e de *bonding* parental desadequado. Face à presença deste sistema pais-criança fragilizado (Willinger, Diendorfer-Radner, Willnauer, Jorgl, & Hager, 2005), foi identificada uma baixa auto-estima e dificuldade de auto-regulação emocional na criança, logo fica reforçada a ideia da existência de um sistema pais-filho em dificuldades.

**Palavras-chave:** *Stress* parental - *bonding* parental - comportamento de vinculação - competência e aceitação.

Attachment has a fundamental influence during the course of life, namely on future relationships and self perception (Bowlby, 1980a). In this study the author analysed the perceptions of 43 women and 39 men about their parents bonding behaviour using Parental Bonding Instrument (Parker, Tupling, & Brown, 1979), and stress perception on their current child relationships, according to the Portuguese version of Parental Stress Index (Abidin, 1995). The child attachment behaviour perception of parent and teacher for 43 children between 6 and 8 years old, was gathered using Attachment Behaviour Perception Scale for mothers (PCV-M) and teachers (PCV-P) (Dias, Soares, Freire, & Rios, 2007). Child's competence and acceptance in specific self-esteem precursor domains were analysed using Harter and Pike (1984) Pictorial Scale, which is being adapted by Mata, Monteiro and Peixoto (2008). The author found associations between a high parental stress perception and inadequate parental bonding. This stressful parent-child system (Willinger, Diendorfer-Radner, Willnauer, Jorgl, & Hager, 2005) is associated with child low self-esteem precursors, and emotional regulation difficulty, thus reinforcing the stressful parent-child system idea.

**Keywords:** Parental stress - parental bonding - attachment behaviour - child competence and acceptance.

## Índice

<b>I. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>II. MÉTODO.....</b>	<b>27</b>
1. Participantes.....	27
2. Instrumentos.....	28
2.1. Classificação Social Internacional de Graffard .....	28
2.2. <i>Stress</i> parental.....	28
2.3. <i>Bonding</i> parental.....	31
2.4. Percepção de competência e aceitação social.....	32
2.5. Comportamentos de vinculação da criança .....	33
3. Procedimento.....	35
4. Análise estatística.....	36
<b>III. RESULTADOS.....</b>	<b>37</b>
1. Análise Descritiva.....	37
1.1. PSI.....	37
1.2. PBI.....	39
1.3. Escala Pictográfica de Competência e Aceitação Social.....	42
1.4. PCV-M e PCV-P .....	44
2. Análise Estatística Inferencial.....	46
2.1. <i>Stress</i> Parental e <i>Bonding</i> Parental.....	46
2.2. <i>Stress</i> Parental e <i>Bonding</i> Parental vs competência e aceitação.....	49
2.3. <i>Stress</i> Parental e <i>Bonding</i> Parental vs comportamento vinculação..	51
<b>IV. DISCUSSÃO.....</b>	<b>52</b>
Referências.....	60

## Anexos

Anexo A: Autorização da Direcção Geral de Desenvolvimento e Inovação Curricular - Ministério da Educação.....	73
Anexo B – Autorização do agrupamento de escolas.....	91
Anexo C – Pedido de autorização às escolas e resposta.....	97
Anexo D – Carta de consentimento informado dos pais.....	109
Anexo E – Carta de consentimento informado dos professores.....	113
Anexo F – Carta com breve descrição do estudo.....	117
Anexo G – Impresso de dados socioeconómicos.....	121
Anexo H – Impresso PBI.....	125
Anexo I – Grelha de respostas Escala Pictográfica de Percepção de Competência e de Aceitação Social.....	131
Anexo J – Graffard.....	135
Anexo K – <i>Output</i> do teste Mann-Whitney – Hipótese 1.....	141
Anexo L – <i>Output</i> do teste Kruskal-Wallis – Hipótese 1.....	147
Anexo M – <i>Output</i> do teste Mann-Whitney – Hipótese 2.....	153
Anexo N – <i>Output</i> do teste Mann-Whitney – Hipótese 3.....	159
Anexo O – <i>Output</i> do teste Mann-Whitney – Hipótese 4.....	171
Anexo P – <i>Output</i> do teste Mann-Whitney – Hipótese 5.....	177
Anexo Q – <i>Output</i> do teste Mann-Whitney – Hipótese 6.....	187
Anexo R – <i>Output</i> do teste Spearman – Hipótese 7.....	191
Anexo S – <i>Output</i> do teste de normalidade da distribuição (Shapiro-Wilk), assimetria e achatamento.....	195
Anexo T – <i>Output</i> da análise descritiva e da consistência interna.....	203
Anexo U – Relatórios PSI.....	245

## Lista de Quadros

QUADRO 1: Médias e Desvios-Padrão obtidos nas Subescalas, Domínios e Total do PSI, de percepção de <i>stress</i> parental dos homens e mulheres.....	38
QUADRO 2: Médias e Desvios-Padrão (D.P.) obtidos no PBI, de percepção das mulheres e dos homens do <i>Bonding</i> materno e paterno.....	39
QUADRO 3: Correlações entre a dimensão controlo e a dimensão afecto e o total, para os <i>bondings</i> maternos e paternos dos homens e das mulheres, obtidos no PBI.....	40
QUADRO 4: Médias e Desvios-Padrão obtidos nas dimensões controlo e afecto em função dos quatro tipos de <i>bonding</i> materno e paterno, percebido pelos homens e pelas mulheres.....	41
QUADRO 5: Consistência interna dos dados obtidos nas dimensões do PBI.....	42
QUADRO 6: Médias e Desvios-Padrão (D.P.) obtidos na Escala Pictográfica de Percepção de Competência e de Aceitação Social.....	43
QUADRO 7: Médias e Desvios-Padrão (D.P.) obtidos na Escala Pictográfica de Percepção de Competência e de Aceitação Social.....	43
QUADRO 8: Consistência interna dos dados obtidos nas subescalas da Escala Pictográfica de Percepção de Competência e de Aceitação Social.....	44
QUADRO 9: Médias e Desvios-Padrão (D.P.) obtidos nas Subescalas e Total da PCV-M para a mãe e para o pai.....	44
QUADRO 10: Médias e Desvios-Padrão (D.P.) obtidos nas Subescalas e Total da PCV-P....	45

QUADRO 11: Consistência interna dos dados obtidos na PCV-M.....	45
QUADRO 12: Consistência interna dos dados obtidos na PCV-P.....	45
QUADRO 13: Média e desvio-padrão do <i>stress</i> parental no Domínio da Criança, Domínio Parental e Total, para os dois tipos de <i>bonding</i> paterno (óptimo vs. desadequado) percebido pelos homens.....	46
QUADRO 14: Média e desvio-padrão do <i>stress</i> parental no Domínio da Criança, Domínio Parental e Total, para os dois tipos de <i>bonding</i> materno (óptimo vs. desadequado) percebido pelas mulheres.....	46
QUADRO 15: Média e desvio-padrão do <i>stress</i> parental no Domínio da Criança, Domínio Parental e Total, para os dois tipos de <i>bonding</i> materno (óptimo vs. desadequado) percebido pelos homens.....	47
QUADRO 16: Média e desvio-padrão do <i>stress</i> parental no Domínio da Criança, Domínio Parental e Total, para os dois tipos de <i>bonding</i> paterno (óptimo vs. desadequado) percebido pelas mulheres.....	47
QUADRO 17: Média e desvio-padrão do <i>stress</i> parental no Domínio da Criança, Domínio Parental, <i>Stress</i> de vida e Total, para os quatro tipos de <i>bonding</i> paterno percebido pelos homens.....	48
QUADRO 18: Média e desvio-padrão do <i>stress</i> parental no Domínio da Criança, Domínio Parental, <i>Stress</i> de vida e Total, para os quatro tipos de <i>bonding</i> materno percebido pelas mulheres.....	49
QUADRO 19: Matriz de Correlação de Spearman entre as subescalas e total da PCV-M da mãe e do pai.....	52

## I. INTRODUÇÃO

As experiências de vinculação têm um impacto significativo no indivíduo, nomeadamente sobre as expectativas básicas relativamente ao mundo social e ao próprio, com importantes implicações no desenvolvimento posterior (Bowlby, 1980a). As crianças possuem um “sistema comportamental de vinculação” que visa procurar a proximidade e criar ligações com as figuras de vinculação e, assim, assegurar a protecção física e mental (Bowlby, 1969/1982). Este sistema tem uma base biológica ligada à sobrevivência e é independente do comportamento geral, da personalidade ou do temperamento. Não é sinónimo de dependência ou de comportamentos imaturos; pelo contrário, é sim, algo vital para um desenvolvimento saudável (Bowlby, 1980b). As crianças estão vinculadas aos seus pais independentemente do facto das suas necessidades emocionais ou fisiológicas serem satisfeitas. Na verdade, estas poderão estabelecer relações de vinculação com mães abusivas (Bowlby, 1956, cit. por Cassidy, 1999). O sistema de vinculação pode ser activado pelo medo ou pelo *stress*. Por sua vez, os comportamentos de vinculação cessam com a presença de um estímulo, que poderá ser a presença da mãe. A vinculação inicia-se na infância e desenvolve-se ao longo da vida adulta. A qualidade da relação estabelecida com a figura de vinculação está intrinsecamente ligada à saúde mental, nomeadamente à satisfação em relação ao próprio, ao desenvolvimento de capacidades/talentos e à competência para lidar com desafios (Bowlby, 1973).

Os três principais constructos da teoria da vinculação são a base segura, os comportamentos de vinculação e os modelos de trabalho internos (*internal working models*) (Fairchild, 2006). Segundo Bowlby (1988), a base segura é um “local de onde a criança ou adolescente se pode afastar para o mundo exterior e no qual será bem-vindo, apoiado emocional e fisicamente, confortado em caso de *stress*, apoiado se estiver assustado” (p.11). Ainsworth, Blehar, Waters, & Wall (1978) criaram um procedimento laboratorial que permite estudar este conceito: o modelo de situação estranha. Para Ainsworth (1967), a criança usa a figura de vinculação como uma base de apoio para explorar o meio e interagir com as pessoas, dado que se apresenta consistentemente disponível e, assim, atenua a sua ansiedade. Para Ainsworth e Marvin (1995), a base segura é um fenómeno universal e um factor determinante da existência de uma relação de vinculação. A criança pequena organiza o seu comportamento de vinculação no espaço e no tempo em redor do adulto, afasta-se com segurança para explorar ou aproxima-se em situações de *stress*. Posteriormente, com o surgimento da capacidade simbólica, a base segura é interiorizada. Segundo a autora, o conceito de base

segura é fulcral na vinculação ao longo da vida, na medida em que permite a autonomia fora da relação (Ainsworth, 1991). Outro conceito central na teoria da vinculação é o comportamento de vinculação, definido como “qualquer forma de comportamento que permite à pessoa obter e manter proximidade em relação a outro identificado como mais apto para lidar com o mundo” (Bowlby, 1988, p. 11). Estes comportamentos permitem o estabelecimento de laços, inicialmente com os pais e, posteriormente, nas relações que se vão estabelecendo na adolescência e na idade adulta (Bowlby, 1980b). Embora sejam mais visíveis na infância, podem manifestar-se ao longo da vida em situações particulares como de perda, ansiedade, doença e fadiga (Bretherton, 1985). Segundo Bowlby (1980b), a vinculação é um processo complexo, no qual a criança fica emocionalmente ligada às figuras de vinculação (em particular à mãe), propiciando que as suas necessidades de protecção e cuidado sejam asseguradas. Este vínculo entre a criança e os pais resulta da contribuição de ambos, ou seja, é influenciado pelas características da criança (e.g., diferenças individuais nos comportamentos de vinculação), pelas características dos pais ou do sistema parental (e.g., psicológicas e culturais) e pelas características da relação (Parker, Tupling, & Brown, 1979). Face à manifestação dos comportamentos de vinculação da criança (comportamentos de procura de proximidade e de contacto), os pais respondem cuidando e protegendo-a. A contribuição dos pais para a ligação pais-filho, que se materializa em estilos parentais, é denominada de *bonding* parental (Parker et al., 1979). Os comportamentos de vinculação da criança e o *bonding* parental são considerados sistemas comportamentais separados, mas complementares (Bowlby, 1969/1982; Parker et al., 1979).

O terceiro conceito fundamental da teoria de Bowlby (1969/1982) corresponde aos modelos de trabalho internos (Fairchild, 2006). Formados por representações mentais que a criança desenvolve em resultado da história das interacções vividas no quotidiano com as figuras de vinculação, incluem expectativas em relação à consistência, sensibilidade e frequência da resposta dos pais, bem como crenças sobre se o próprio é merecedor desse carinho e atenção (Ainsworth et al., 1978). Interiorizados durante a infância, tornam-se progressivamente mais rígidos e insensíveis à mudança na interacção com as figuras de vinculação; contudo, podem sofrer alterações se essas interacções entrarem em contradição com o modelo interiorizado (Bowlby, 1973). Segundo Bowlby (1973), estas representações influenciam a forma como antecipamos e interpretamos os outros e nós próprios.

Várias conceptualizações de padrões de vinculação têm sido propostas. Ainsworth et al. (1978) classificaram o comportamento interactivo da criança com base no procedimento

laboratorial “situação estranha”. Crianças entre os 12 e 18 meses permanecem num espaço onde brincam, enquanto a mãe e uma mulher estranha à criança, saem e entram alternadamente. Apesar da saída da mãe provocar grande *stress* na criança, é no reencontro que se diferenciam claramente três padrões de vinculação: seguro, inseguro evitante e inseguro ambivalente/resistente. Uma vinculação segura verifica-se quando a criança tem uma representação da figura de vinculação como disponível. Estas crianças recorrem à mãe enquanto base segura, a partir da qual exploram o meio à sua volta e reagem positivamente quando esta regressa, procurando o seu contacto para obter conforto. A qualidade da interacção é íntima e calorosa. A segurança da vinculação depende da proximidade física dos pais, como Bowlby (1973) referiu, e da consistência da resposta da mãe e da sua sensibilidade aos sinais dados pela criança, segundo Ainsworth et al. (1978). A sensibilidade da mãe às pistas dadas pelo filho aumenta a confiança deste na disponibilidade e capacidade de resposta materna. Uma vinculação insegura evitante caracteriza-se por comportamentos de evitamento da proximidade ou interacção com a figura de vinculação. Estas crianças desenvolveram um modelo de trabalho interno materno consistentemente rejeitante. Evitam a interacção na reunião, mas sem demonstrar desconforto, e manifestam comportamentos de indiferença face à mãe. As crianças que representam a figura de vinculação como inconsistente na sua indisponibilidade têm uma vinculação insegura ambivalente/resistente. No momento da separação revelam-se particularmente ansiosas. O reencontro com a mãe é vivido de uma forma ambivalente; ao procurar a proximidade as crianças demonstram medo, agressividade e tristeza. Apresentam dificuldade em se acalmarem durante a reunião com a mãe e em voltar à exploração, centrando-se na figura parental. Estes comportamentos denotam a sua incapacidade para prever a reacção dos pais em caso de *stress* e revelam uma importância excessiva dada à relação em detrimento da exploração. Main e Solomon (1990) introduziram uma classificação adicional denominada de insegura desorganizada/desorientada, na medida em que identificaram crianças que não se enquadravam nas categorias anteriores. Estas diferenciam-se das restantes por não apresentarem padrões comportamentais consistentes face ao contexto *stressante* gerado pela situação estranha. Para Main e Solomon (1990), a característica que melhor distingue esta forma de vinculação são os comportamentos contraditórios ou a tendência para a inibição da acção iniciada. Lyons-Ruth e Jacobvitz (1999) chamam a atenção para o facto do comportamento desorganizado reflectir um conflito entre duas tendências irreconciliáveis: por um lado, o desejo de aproximação e, por outro, a necessidade de se afastarem das figuras de vinculação. Main e Hesse (1990) identificaram

comportamentos parentais patológicos associados à vinculação insegura/desorganizada: ameaça, acções que amedrontam/assustam as crianças, comportamentos dissociativos, sexualizados e desorganizados/desorientados. Para as crianças em idade escolar, Main e Cassidy (1988) criaram um procedimento laboratorial próprio e estudaram o comportamento de reunião. Os autores encontraram quatro padrões de vinculação: seguro, inseguro evitante, inseguro ambivalente/resistente e inseguro controlador. As três primeiras categorias correspondem às classificações básicas da situação estranha. A classificação insegura controladora compreende comportamentos que revelam uma inversão hierárquica e de controlo por parte da criança. Por um lado, os seus comportamentos são de confronto e punitivos, por outro, tentam cuidar e orientar a mãe. A maioria das crianças de 6 anos classificadas com inseguras controladoras, foram identificadas como inseguras desorganizadas/desorientadas quando mais novas (Main & Cassidy, 1986, cit. por Main & Cassidy, 1988).

Bowlby (1969/1982) define quatro fases de desenvolvimento da vinculação, cujas diferenças reflectem a aquisição de competências cognitivas, motoras, emocionais e sociais pela criança. A primeira corresponde ao período que vai do nascimento até aos 3 meses. Nesta fase, a responsabilidade de manter a proximidade e proteger a criança, cabe largamente aos pais. Dos 3 aos 6 meses (segunda fase), o bebé torna-se progressivamente um participante mais activo no sistema comportamental de vinculação, sorrindo e vocalizando, sem discriminar o alvo. Na fase seguinte (dos 6 aos 9 meses), a criança canaliza esses sinais para uma ou mais figuras de vinculação, começando a utilizá-las como uma base segura para explorar o meio. A quarta fase surge por volta dos três anos, quando a relação pais-criança é recíproca e orientada para objectivos, planos e sentimentos. Cicchetti, Cummings, Greenberg e Marvin (1990) defendem que o processo de vinculação continua a desenvolver-se para além da quarta fase. Em cada estágio de desenvolvimento há uma renegociação do equilíbrio entre a ligação aos outros e a autonomia do próprio. Segundo Waters, Kondo-Ikemura, Richters e Posada (1991), a passagem do pensamento sensório-motor para o pensamento representacional abre uma janela de novas possibilidades para o sistema de vinculação. A base segura passa a estar representada, torna-se “portátil” e este facto permite uma maior independência da criança e o alargamento das suas relações sociais. A comunicação com os pais - tal como outras estratégias mais autónomas para lidar com situações de *stress* - torna-se central, em detrimento da procura de proximidade física com a figura de vinculação. A supervisão passa a ser partilhada, ou seja, a criança junta-se aos pais no objectivo de manter

uma certa ligação quando se encontra afastada da supervisão directa. Esta reorganização do desenvolvimento é visível nos anos pré-escolares, em particular a partir dos três anos, quando a criança passa de um nível comportamental para um nível simbólico, com importante impacto na sua autonomia (Marvin & Britner, 1999). A criança em idade pré-escolar e escolar encontra-se numa fase em que deverá ser capaz de estabelecer algum distanciamento face à figura de vinculação, proteger-se em situações de risco, regular as emoções e impulsos, continuar a ser capaz de recorrer ao apoio das figuras de vinculação sempre que esteja face a uma situação de *stress*, e, finalmente, partilhar afectos (Dias, Soares, & Freire, 2004). O estudo da vinculação na idade escolar é possível graças aos modelos de trabalho internos das figuras de vinculação e do *self* (Bowlby, 1969/1982, 1980b; Bretherton, 1987). De acordo com a teoria da vinculação, os pais continuam a servir como base segura nesta fase da vida e serão os modelos de trabalho internos que irão influenciar as percepções e expectativas das relações que a criança estabelece (Moss, Rousseau, Parent, St.-Laurent, & Saintonge, 1998). A partir da idade pré-escolar, as crianças tornam-se capazes de partilhar o seu mundo interno e, logo, passa a ser possível aceder aos modelos de trabalho internos a partir do seu discurso e não apenas através da observação do seu comportamento (Bureau, Béliveau, & Moss, 2006).

A vinculação segura está associada a uma maior competência social e à capacidade de auto-regulação em contextos escolares, por oposição a uma vinculação insegura relacionada com problemas de comportamento, como a agressividade e a ansiedade (Moss et al., 1998). Numa revisão de literatura sobre o comportamento agressivo em crianças, Lyons-Ruth (1996) concluiu que a vinculação insegura desorganizada prediz violência na idade escolar, quando outros factores familiares estão controlados. Meins, Fernyhough e Russell (1998) identificaram em crianças de 5 anos, pertencentes ao grupo com vinculação segura, capacidades simbólicas superiores às das crianças com vinculação insegura, e sugerem que estas diferenças podem estar relacionadas com a propensão para as mães as tratarem como “indivíduos pensantes”. Numa amostra de crianças de 3 anos de níveis socioeconómicos baixos, as mães mais seguras tendiam a promover a compreensão emocional das crianças, ao fazerem mais referências às emoções durante a interacção verbal (Raikes & Thompson, 2006). Greig e Howe (2001), num estudo levado a cabo numa amostra de 45 crianças de 40 meses, concluíram que as crianças inseguras, em comparação com as crianças seguras, possuíam um nível de desenvolvimento verbal inferior, pior desempenho na compreensão das emoções e as mães tendiam a apresentar resultados mais elevados de depressão. Rosenstein e Horowitz (1996) identificaram numa amostra de adolescentes hospitalizados com

perturbações psiquiátricas, uma relação entre uma vinculação ansiosa/preocupada e perturbações afectivas, histrionismo e personalidade *borderline*. Numa amostra de estudantes universitárias, Cole-Detke e Kobak (1996) encontraram uma associação entre a depressão e a vinculação insegura ambivalente/ansiosa, bem como entre as perturbações alimentares e a vinculação insegura evitante. Num estudo longitudinal, Warren, Huston, Egeland e Sroufe (1997) verificaram, numa amostra de 172 jovens de 17 anos que participaram num procedimento de situação estranha quando tinham 12 meses de idade, que existia uma relação entre a vinculação insegura ambivalente/ansiosa e o risco de ansiedade na infância e na adolescência.

A vinculação tem impacto em diferentes áreas da vida emocional e social da criança e do adulto, nomeadamente na auto-estima. A relação entre os dois conceitos tem sido amplamente estudada na literatura (e.g., Cassidy, 1988; Verschueren & Marcoen, 1999; Verschueren, Marcoen, & Schoefs, 1996; Easterbrooks & Abeles, 2000). Segundo Bowlby (1979), “o modelo de trabalho interno do *self* inclui dados relativos à auto-imagem, auto-estima, etc.” (p.117). Este modelo gera percepções sobre a capacidade de se ser amado e de valor-próprio (Cassidy, 1990). O *self* é um sistema interno de atitudes, expectativas e sentimentos que se vai desenvolvendo ao longo da infância. De acordo com a teoria da vinculação, a partir da experiência do dia-a-dia com as figuras de vinculação a criança vai construindo os modelos de trabalho internos do *self* e das figuras de vinculação, ambos intimamente interligados (Bowlby, 1969/1982; Bretherton, 1985). Estes modelos são representações interiorizadas da relação e são constituídos por componentes cognitivos e emocionais. A qualidade e a substância destas representações dependem do grau de sensibilidade, consistência e eficácia da resposta dos pais aos sinais da criança, da aceitação afectiva e do incentivo à exploração do meio (Bowlby, 1969/1982, 1980a). O modelo de trabalho interno do *self* pode reflectir um eu valorizado e competente ou desvalorizado e incompetente, consoante as experiências de disponibilidade emocional e suporte a actividades exploratórias ou de rejeição dos comportamentos de vinculação e de desencorajamento das actividades de exploração do meio, por parte das figuras de vinculação (Bretherton & Munholland, 1999; Sroufe & Waters, 1977).

Tendo como base a ideia expressa por Bowlby (1979) de que a vinculação é importante para a percepção de *self*, Cassidy (1988) procurou comprovar empiricamente a relação entre os dois conceitos, numa amostra de crianças com 6 anos. O autor encontrou ligações entre a qualidade da vinculação e a representação de *self* da criança, como previra,

mas identificou uma correspondência entre os padrões de vinculação e os padrões de autopercepção do *self*. Estes resultados vão ao encontro da noção de Main, Kaplan e Cassidy (1985) de que as diferenças individuais na organização da vinculação correspondem a diferenças individuais na representação do *self*. As crianças com vinculação segura, numa entrevista com recurso a uma marioneta e numa entrevista sobre o *self*, descreveram os seus pontos positivos e não temeram falar sobre as suas imperfeições. Nas histórias para completar com bonecos representativos da família (Main & Cassidy, 1985), valorizam a sua relação com a mãe e referiram-se à criança protagonista da história como aceite e valorizada. As crianças com vinculação segura demonstram segurança para explorar o seu *self* e a relação com a mãe, não tendo receio em não ser aceites, apesar das falhas. As crianças classificadas como inseguras evitantes não conseguiram imaginar o que a mãe faria nas histórias. Nas entrevistas transmitiam uma imagem de perfeição e não mencionavam os seus pontos negativos, ao contrário das respostas dadas na escala Pictográfica de Percepção de Competência e Aceitação Social para crianças pequenas (Harter & Pike, 1984), na medida em que esta está desenhada para reduzir as tendências defensivas (o formato das questões permite a aceitação das falhas). As crianças inseguras (ambivalentes ou controladoras) ao completarem as histórias descrevem comportamentos violentos e desorganização hierárquica. Nas entrevistas expressam abertamente a sua falta de competências/valor, numa visão claramente negativa sobre o *self*. A amostra das crianças inseguras/ ambivalentes neste estudo era bastante reduzida (4 elementos), pelo que não existe uma base válida para se inferir padrões de comportamento (Cassidy, 1988). Segundo Cassidy (1988), as crianças de seis anos classificadas com uma vinculação segura tendem a descrever-se de uma forma mais positiva e, simultaneamente, têm a confiança para exprimir os seus pontos fracos. A relação com a mãe é abordada como sendo positiva, clara e de apoio. Demonstram sentir-se valorizadas e aceites e parecem saber lidar com situações de *stress*. A base segura que possuem permite-lhes ter um sentido de aceitação face às falhas e capacidade para explorar o *self* (pontos positivos e negativos) e as outras relações. A única relação significativa que Cassidy (1988) encontrou entre as diversas medidas de auto-estima, verificou-se entre os resultados da entrevista com a marioneta (percepção que os outros têm de si) e os resultados das histórias para completar com bonecos representativos da família (percepção do *self* na relação com a figura de vinculação). Esta relação resultou da semelhança conceptual das duas metodologias, ou seja, ambas abordam o *self* na relação com os outros. O autor não encontrou uma relação entre os resultados obtidos com estes dois métodos e a subescala global de auto-estima de

Harter (1982). Segundo o autor, este facto poderá significar que estas não são medidas globais de auto-estima, mas de autopercepção de domínios específicos de competência.

Ainda na linha dos estudos empíricos que se debruçam sobre a vinculação e o *self*, Verschueren et al. (1996) analisaram a relação entre o modelo de trabalho interno do *self* e a auto-estima, numa amostra de crianças de 5 anos de idade, considerando não apenas a autopercepção da criança, mas igualmente a percepção dos professores acerca da manifestação comportamental da auto-estima. As crianças com um modelo de trabalho interno positivo foram avaliadas pelos professores, como cognitivamente e fisicamente mais competentes, melhor aceites pelos pares e mais bem adaptadas a situações de *stress* na escola, do que crianças com uma representação negativa do *self*. As crianças com um modelo de trabalho interno de *self* positivo apresentam mais comportamentos associados a uma boa auto-estima do que as crianças com modelos negativos do *self* (Verschueren et al., 1996).

Easterbrooks e Abeles (2000), na sequência de estudos realizados com crianças de 5 anos (Verschueren & Marcoen, 1999; Verschueren et al., 1996) e de 6 anos (Cassidy, 1988), avaliaram a relação entre o *self* (avaliações do *self* e *self-worth*, ou seja, auto-estima), as representações de vinculação e a adaptação comportamental de crianças de 8 anos de idade. Easterbrooks e Abeles (2000) concluíram que as crianças com maior facilidade em se auto-avaliarem durante a entrevista de Cassidy (1988), apresentavam respostas mais adaptativas e reveladoras de segurança emocional durante o teste de Ansiedade de Separação (Hansburg, 1972; Kaplan, 1985; Klassbrun & Bowlby, 1976). Revelavam também menos problemas de comportamento e uma boa adaptação escolar, competência na interacção com os pares e ego-resiliência.

A literatura sobre o *self* apresenta uma terminologia confusa, proliferando diversos termos utilizados de uma forma nem sempre precisa, como autovalor, autoconceito, autoconsciência e autopercepção (MacGuire, 1994, cit. por Butler & Gasson, 2005), sendo que nem todos correspondem a verdadeiros conceitos (Harter, 1983). O autoconceito e a auto-estima são dois termos que fazem parte da teoria do *self* de Harter (1996). Contudo, muitas definições são empregues na literatura para as definir e nem sempre a distinção entre os dois é clara. Segundo Cassidy (1990), a auto-estima é um julgamento global individual sobre o sentido de valor; por seu turno, o autoconceito tem uma natureza mais descritiva e não avaliativa. Peixoto (2003) não partilha esta ideia; segundo a sua análise de estudos empíricos sobre esta matéria, o autoconceito e a auto-estima são diferentes formas de avaliação do *self*. O autoconceito tem uma estrutura multidimensional hierárquica e corresponde a auto-

avaliações de cariz mais cognitivo, do que a auto-estima, com uma forte componente afectiva e com uma estrutura unidimensional. Apesar da divergência e da falta de clareza no estudo dos conceitos relacionados com o *self*, é inegável a sua importância. Em particular, a auto-estima influencia a forma com os indivíduos processam, seleccionam e integram a informação sobre si próprios (Marsh, 1993). Emler (2001) realizou uma revisão de literatura sobre a auto-estima e verificou uma associação entre uma baixa auto-estima e diversas patologias e comportamentos desviantes como a depressão, a gravidez na adolescência, pensamentos suicidas, anorexia nas mulheres e dificuldade no estabelecimento de relações sociais.

Harter (1982) considera existirem dois tipos de autopercepção do *self* no que diz respeito à avaliação de autovalor: a noção global de auto-estima e a noção de competência em diferentes domínios. A autopercepção de competência resulta do *feedback* obtido pelo indivíduo, em resultado da sua experiência nos domínios de competência relevantes para a sua idade (cognitivos, sociais e físicos). Este conceito multidimensional é parte importante do *self* e constitui um sistema de crenças que se vai diferenciando com a idade, em resultado do desenvolvimento de competências cognitivas, como a linguagem, a memória e o processamento da informação (Byrne, 1996). Segundo Harter, Waters e Whitesell (1998), a auto-estima, para alguns autores (e.g., Marsh, 1987) consiste numa noção geral de valor, expressa no grau de segurança e felicidade em relação ao próprio. Esta visão do *self* pressupõe que a auto-estima é um constructo de ordem superior e que os julgamentos de competência em diferentes domínios correspondem a uma dimensão avaliativa de ordem inferior. Harter et al. (1998) demarcam-se desta perspectiva unidimensional do *self*, defendendo que o sentido de valor sobre o próprio varia com o contexto relacional e que a auto-estima não é um constructo de ordem superior. Os autores procuraram provar esta ideia num estudo empírico onde, para além de obterem uma medida global de auto-estima, recorrendo à subescala de autovalor global do Perfil de autopercepção para Adolescentes (Harter, 1995), analisaram a noção de valor próprio em diferentes domínios relacionais (com os pais, professores, pares), através da escala Relacional de Autovalor (Harter, 1995). Harter et al. (1998) verificaram que a maioria dos adolescentes julgavam o seu valor como pessoas de forma diferente nos quatro contextos relacionais. Por outro lado, identificaram a presença de um padrão: quatro subgrupos de adolescentes, cada um dos quais caracterizado pelo facto do valor próprio num dado contexto relacional se correlacionar mais significativamente com o resultado global de auto-estima, do que os outros três contextos. Possivelmente, esse domínio interpessoal teria mais peso para o adolescente, ao ponto da percepção de valor nesse contexto se generalizar,

afectando o sentido de valor como pessoa. Assim, a forma como um indivíduo se avalia num tipo de relacionamento (amoroso, filial, escolar) parece ser crítico para a sua percepção global de valor ou auto-estima. A percepção do *self* varia consoante os papéis e os contextos e, por sua vez, a autopercepção de competência contribui para a construção da auto-estima (Harter et al., 1998).

Subjacentes à percepção de auto-estima estão dois processos: por um lado, um processo fenomenológico, no qual o indivíduo tem consciência da avaliação realizada em relação a si, e por outro, um processo reflexivo, onde o próprio analisa as características do *self*. A elocução da auto-estima é influenciada por competências verbais, pelo grau de autoconsciência, por estados emocionais e motivacionais e pelo desenvolvimento (na criança, a percepção expressa terá de ir para além das características comportamentais e físicas e abarcar características psicológicas, gerais e abstractas) (Butler & Gasson, 2005). A auto-estima pode ser medida não só a partir da percepção de competência e aceitação, mas também através de manifestações comportamentais (Harter, 1989).

Uma questão essencial que se coloca no estudo da auto-estima em idade escolar e pré-escolar é: qual a idade a partir da qual a criança é capaz de a expressar? (Cassidy, 1990). Harter (1989) argumenta que as crianças com menos de oito anos ainda não têm uma noção consciente do *self* porque não atingiram um nível de desenvolvimento cognitivo que lhes permita fazer julgamentos realistas. Por exemplo, Stipek (1981, cit. por Cassidy, 1990) verificou que as crianças tendem a confundir os seus desejos de competência com a percepção de realidade. Ao contrário da perspectiva que sugere que a noção de auto-estima só surge a partir dos oito anos, Bowlby (1969/1982) considera que uma noção global de valor próprio surge muito antes. A partir das interações estabelecidas com os pais e do tipo de resposta obtida, a criança cria expectativas sobre o *self* e sobre as figuras de vinculação (modelo de trabalho interno). Quando a vinculação é segura, as crianças acreditam serem merecedoras do amor e do apoio dos outros. Por outro lado, adquirem uma base segura que permite sentimentos de controlo pessoal, auto-eficácia e auto-estima. Por outro lado, Harter (1983) contrapõe esta ideia ao afirmar que, quando a vinculação é insegura, não significa que a criança infira que há algo de errado consigo. A percepção da criança sobre o cuidado prestado pela mãe não implica julgamentos de adequação do *self*, ou seja, não implica necessariamente que esta atribua a culpa a si própria. A culpa pode ser direccionada para os outros, ou às circunstâncias, neste caso à mãe, por ser pouco carinhosa e atenta. Harter e Pike (1984) consideram ser precipitado assumir que os autojulgamentos da criança sobre si, em idades

inferiores a 8 anos se baseiam em características do *self*. No entanto, Sroufe e Fleeson (1986) argumentam que os modelos de trabalho internos têm origem na relação, logo há uma complementaridade. Ou seja, se uma criança é rejeitada pela mãe, representa dessa forma a figura de vinculação e, complementarmente, cria um modelo interno de *self* não merecedor de amor.

A necessidade de estudar mais precocemente a auto-estima obrigou a uma adaptação dos métodos a crianças com menos de 8 anos. Para contornar o facto da auto-estima global não poder ser expressa de forma consciente por crianças com idades inferiores a 8 anos, Harter e Pike (1984) propuseram aceder a um nível menos complexo de auto-avaliação do *self*, ou seja, à autopercepção de competência das crianças em domínios específicos ou a partir de observações do comportamento (Harter, 1989). Estudos como os de Cassidy (1988) e Verschueren et al. (1996) permitiram aceder com sucesso a pensamentos e sentimentos sobre autovalor, precursor da auto-estima, em crianças com menos de 8 anos. Verschueren et al. (1996) complementaram este tipo de informação com uma análise das manifestações comportamentais, recorrendo à Escala Comportamental de Auto-estima (Haltiwager & Harter, 1988, cit. por Verschueren et al., 1996).

Também na literatura científica sobre a vinculação, se verificou a necessidade de desenvolver novas metodologias, desta vez para uma faixa etária mais elevada. A situação estranha de Ainsworth et al. (1978), criada para crianças pequenas, constituiu o princípio da análise empírica da vinculação. O interesse rapidamente alastrou a outras idades, nomeadamente à faixa etária pré-escolar e escolar. Numa extensa revisão de literatura sobre os instrumentos utilizados para estudar a vinculação das crianças dos 3 aos 12 anos, Fairchild (2006) identificou vários tipos de medidas que se distinguem por incidirem em diferentes constructos teóricos, como: estilos de vinculação, dimensões de base segura, representações mentais de estilos e de relações de vinculação, e problemas específicos dos comportamentos de vinculação. O autor referenciou seis métodos de avaliação: observação em laboratório, observação naturalista, avaliação de narrativas, técnicas de “play therapy”, entrevistas clínicas e medidas de auto-relato. Na categoria das observações em laboratório e observações naturalistas encontrou vários métodos que já não se centram na análise da procura de proximidade e da manutenção de um contacto permanente, como na situação estranha de Ainsworth et al. (1978), mas colocam a ênfase na qualidade da interacção à distância (e.g., através de uma conversa) e na negociação das partidas e reuniões (Solomon & George, 1999). Um exemplo de métodos de observação num contexto naturalista é o *Attachment Q-Set*

(Waters, 1995), considerado uma alternativa à Situação Estranha. Observadores experientes analisam a interação pais-filho em casa, por períodos de 2 a 6 horas, procurando identificar padrões habituais de relacionamento da criança com as figuras de vinculação. Na categoria das observações em laboratório, encontram-se procedimentos de separação/reunião com as figuras de vinculação (e. g., Main, & Cassidy, 1988). Outros métodos pretendem aceder aos modelos de trabalho internos através do jogo simbólico (Fairchild, 2006). Por meio da realização de uma tarefa, avaliam a relação com as figuras de vinculação após uma activação intencional do sistema de vinculação da criança. Por exemplo, as Histórias de Vinculação para Completar (Bretherton, Ridgeway & Cassidy, 1990) constituem um método destinado a crianças entre os 3 e os 10 anos, que recorre à utilização de histórias sobre temas ansiogénicos. Através da análise de narrativas é possível aceder aos modelos de trabalho internos. Os investigadores que se debruçam sobre o estudo da vinculação na idade pré-escolar e escolar têm recorrido preferencialmente a métodos de observação em laboratório ou observação naturalista e métodos baseados na representação simbólica da criança. Estas opções metodológicas acarretam grande investimento de tempo e recursos, impossibilitando a utilização de grandes amostras (Dias, Soares, & Freire, 2002). Contudo, instrumentos como a Escala de Percepção do Comportamento de Vinculação Materna (PCV-M) (Dias et al., 2002; Dias, Soares, Freire, & Rios, 2007) e a Escala de Percepção do Comportamento de Vinculação para Professores (PCV-P) (Dias et al., 2004; Dias et al., 2007), constituem alternativas a estes métodos, ao permitirem aferir o comportamento de vinculação das crianças em idade escolar, a partir da percepção dos pais e professores.

A literatura sobre vinculação não só se tornou mais abrangente ao estudar crianças em idade pré-escolar e escolar, como têm surgido estudos que analisam a relação da criança com outras figuras de vinculação, para além da mãe. Com a entrada na idade pré-escolar, a criança ganha autonomia e começa a explorar o meio em seu redor, contactando com outros contextos e pessoas para além da família nuclear, tais como parentes afastados, pares, professores, etc. A exploração de novas actividades e interacções sociais facilita o estabelecimento de relações que poderão constituir formas de vinculação (Owens, Crowell, Pan, Treboux, Connor & Waters, 1995). Os comportamentos de vinculação seguros traduzem-se na confiança que a criança deposita no adulto para cuidar de si. Face a uma situação de *stress* (quando está assustada, cansada ou doente), procura o apoio e a proximidade das figuras de vinculação (Bowlby, 1988). Durante o dia, a criança está separada da mãe e do pai, estando na presença de outros prestadores de cuidados (um irmão, outros parentes, professores) que dão apoio e

carinho e funcionam como uma base segura (Owens et al., 1995). Já Bowlby (1969/1982), tal como Ainsworth (1967, cit. por Howes, 1999) nos seus estudos iniciais se referiam a uma rede de relações de vinculação da criança a outros prestadores de cuidados. Enquanto a vinculação à mãe se desenvolve desde o nascimento, as outras relações de vinculação iniciam-se mais tarde, por volta dos 6 a 8 meses de idade. Em diferentes fases de desenvolvimento e em diferentes contextos, a criança vai desenvolvendo relações de vinculação com prestadores de cuidados alternativos à mãe. Segundo alguns autores, a qualidade das relações de vinculação que a criança estabelece com a mãe tem impacto nas interações com o educador/professor (e.g., Pianta, 1999; Toth & Cicchetti, 1996). Toth e Cicchetti (1996) verificaram que os professores tendiam a ter menos preferência pelos alunos com vinculação insegura e a avaliá-los como menos ajustados, em comparação com os alunos com vinculação segura. Também Sroufe, Fox e Pancake (1983) desenvolveram um estudo longitudinal com crianças desfavorecidas em idade pré-escolar, e verificaram que as crianças seguras eram menos dependentes dos professores que as crianças inseguras. Al-Yagon e Mikulincer (2006) estudaram a relação entre a percepção das crianças (com idades entre os 8 e 11 anos) sobre os comportamentos dos professores enquanto figura de vinculação que fornece uma base segura, e o ajustamento socioemocional e académico das crianças. Os autores verificaram que a avaliação do estilo de vinculação da criança em relação aos outros e a percepção de base segura nos professores estavam relacionadas, ou seja, as crianças com percepção de vinculação segura tendiam a criar uma relação segura com o professor e a recorrer a este enquanto base segura em momentos de *stress*. Em resultado da sua experiência passada com os pais, as crianças desenvolvem um modelo de trabalho interno dos outros enquanto pessoas em quem podem confiar. Segundo este estudo, tanto a percepção de vinculação das crianças face aos outros, como a percepção de base segura em relação ao professor, são duas variáveis que contribuem para o ajustamento socioemocional da criança. Num estudo longitudinal desenvolvido por Rios (2006, cit. por Dias et al., 2007), com uma amostra de 145 crianças do 1º e 2º ciclos do ensino básico, foi encontrada uma correlação significativa entre a percepção dos pais e dos professores sobre os comportamentos de vinculação da criança, medida através da PCV-M (Dias et al., 2002) e da PCV-P (Dias et al., 2004) em dois momentos de avaliação. Num estudo longitudinal, O'Connor e McCartney (2006) mediram a qualidade da vinculação da criança à sua mãe através do procedimento de Situação Estranha (aos 15 e 36 meses de idade) e utilizando o Attachment Q-Set (Waters, 1995) aos 24 meses. Através do instrumento Qualidade na Relação Professor-criança (Pianta, 2001) baseado no Q-set (AQS; Waters,

1995), foi recolhida informação sobre a relação do professor com a criança, quando esta tinha 54 meses, quando frequentava o jardim-de-infância e no primeiro ano do ensino básico. Os autores verificaram que a qualidade da relação de vinculação com a mãe e as relações iniciais da criança com a educadora de infância são preditivas da qualidade das relações posteriores. Aos 36 meses, as crianças com vinculações inseguras apresentavam relações de baixa qualidade com os professores. Por outro lado, as crianças inseguras tendiam a apresentar problemas de comportamento, que contribuíam para dificultar o relacionamento com o professor. No jardim-de-infância e no primeiro ano do ciclo básico, o efeito da vinculação insegura foi mediado pela qualidade das vinculações prévias ao professor. Os resultados obtidos revelam a importância das relações de vinculação de qualidade com os professores em crianças com vinculações inseguras. As relações de vinculação de baixa qualidade com professores aumentam o risco de desenvolvimento de relações de baixa qualidade com outros professores (O'Connor & McCartney, 2006).

Em oposição aos estudos anteriores, outros autores consideram que a relação de vinculação com a mãe é independente das relações estabelecidas com outras figuras de vinculação. Goossens e van Ijzendoorn (1990), numa amostra de 75 crianças de 15 meses, recorrendo à Situação Estranha (Ainsworth et al., 1978), recolheram dados relativos aos padrões de vinculação ao pai, à mãe e ao educador-de-infância. Os autores verificaram existir classificações de vinculação aos pais distintas das classificações de vinculação ao educador. Este resultado apoia a ideia de que a qualidade da vinculação é independente para estas duas díades. Uma criança com uma vinculação insegura aos seus pais, pode ter uma vinculação segura ao professor, porque as classificações estão associadas a uma história de interação dentro de uma díade (Sroufe, 1985). Também van Ijzendoorn, Sagi e Lamberman (1992) recorreram à Situação Estranha (Ainsworth et al., 1978) para analisar em que medida as crianças apresentam comportamentos de vinculação face aos educadores-de-infância. Tal como Goossens e van Ijzendoorn (1990), van Ijzendoorn et al. (1992) verificaram que a qualidade da vinculação com o educador-de-infância era independente da vinculação com a mãe ou com o pai.

Face à perspectiva da existência de diferentes figuras de vinculação, Howes (1999) considera ser necessária uma reflexão sobre como são formadas as relações de vinculação, qual a influência dessas relações no desenvolvimento posterior e como as várias representações das relações se organizam mentalmente no modelo de trabalho interno da criança. Para Howes (1999), os critérios que caracterizam as figuras de vinculação, para além

da mãe, são: prestar cuidados físicos e psicológicos, estar presente na vida da criança de forma consistente e investir emocionalmente na criança. Quanto à organização mental das várias representações de vinculação, é possível encontrar na literatura diversos modelos: (a) o modelo hierárquico prevê uma hierarquia de representações, na qual a relação com a mãe é, geralmente, a mais importante e influente (e.g., Bretherton, 1985; O'Connor & McCartney, 2006); (b) o modelo de organização integrativa atribui igual peso a todas as relações seguras, em termos de influência; contudo a qualidade de cada relação é assumida como independente (e.g., Goossens & van Ijzendoorn, 1990; van Ijzendoorn et al., 1992); e (c) o modelo de organização independente considera que as relações de vinculação exercem influências distintas no desenvolvimento da criança, em diferentes contextos, e a qualidade de cada relação é independente das outras relações (Howes, 1999).

Com o objectivo de clarificar a organização das representações das relações de vinculação no modelo de trabalho interno da criança, Veríssimo, Duarte, Monteiro, Santos e Meneses (2003) aplicaram o *Attachment Q-Sort* (Vaughn & Waters, 1990) a 50 díades mãe-criança e educadora-criança. As crianças com idade média de 41 meses frequentavam o jardim-de-infância por períodos de 4 a 9 horas por dia. Os resultados deste estudo corroboram a ideia de que a criança desenvolve relações de vinculação com a educadora e que a qualidade dessa relação é independente da relação de vinculação da criança com a mãe. Por outro lado, reforçam a importância da sensibilidade e da capacidade de resposta não só da mãe, mas também da educadora, na qualidade da relação de vinculação. Sendo assim, os resultados obtidos vão ao encontro do modelo de organização integrativa e de organização independente das várias representações de vinculação da criança, ou seja, validam a perspectiva de que a qualidade da relação depende da história das interações e da sensibilidade e responsividade da figura de vinculação. Com efeito, a segurança ou insegurança é um atributo da relação e não da criança (Veríssimo et al., 2003).

Apesar da proliferação dos estudos sobre a relação da criança em idade pré-escolar e escolar com os seus professores, a natureza da relação ainda não foi clarificada. No entanto, a relação que a criança estabelece com o professor pode compensar relações de vinculação inseguras no seio familiar (Howes & Hamilton, 1992). O'Connor e McCartney (2005, cit. por O'Connor & McCartney, 2006) verificaram que as crianças com vinculações extremamente inseguras com as mães, mas que tinham relações de qualidade com os professores, evidenciavam capacidades cognitivas mais avançadas que aquelas que tinham apenas vinculações inseguras.

A vinculação é fruto da história da relação de cada díade e o papel que a figura de vinculação tem na construção desse vínculo está intimamente associado à relação com os seus próprios pais, construída desde a infância. Vários estudos sugerem que a percepção dos prestadores de cuidados sobre as suas próprias experiências de *bonding* parental está relacionada com a qualidade da vinculação dos prestadores de cuidados aos seus filhos (Willinger et al., 2005; van Ijzendoorn, 1995b; Ward & Carlson, 1995). Ward e Carlson (1995) estudaram a relação entre a percepção de mães adolescentes sobre as experiências de vinculação com os seus pais, a sensibilidade materna e a vinculação dos seus filhos, numa amostra de 74 díades de mães-crianças. Durante o terceiro trimestre de gravidez, as mães foram entrevistadas recorrendo à entrevista de vinculação do adulto de Berkley (*Adult Attachment Interview - AAI*), através da qual se abordaram as seguintes áreas: (a) descrições gerais das relações de vinculação; (b) memórias que suportam as descrições anteriores, (c) experiências de acontecimentos como doenças, separações, rejeição, etc., e (d) efeitos das vivências anteriores de vinculação na personalidade actual. A informação sobre as experiências anteriores das adolescentes com os seus pais e a sua interpretação do impacto dessas experiências foram classificadas segundo os critérios de Main e Goldwyn (1984), numa das seguintes categorias: autónomas, desligadas/demitidas, preocupadas ou não resolvidas. Quando as crianças tinham 3 e 9 meses, foi filmada a interacção mãe-bebé para análise da sensibilidade materna. Os comportamentos das mães foram codificados recorrendo à classificação de Crittenden (1983): sensibilidade, controlo, intrusão e não resposta. Aos 15 meses foi avaliada a vinculação através da situação estranha de Ainsworth et al. (1978). As mães classificadas como autónomas, ou seja, que avaliavam as relações anteriores de forma objectiva e emocional, tendiam a apresentar comportamentos mais sensíveis em relação ao seu filho aos 3 e 9 meses, do que as mães classificadas como desligadas, preocupadas ou não resolvidas nas suas relações anteriores com os pais. Por sua vez, os filhos das adolescentes classificadas como autónomas, apresentavam mais vinculações seguras, em comparação com os filhos de mães incluídas nas outras categorias. Estas últimas tinham comportamentos menos sensíveis para com os seus filhos. As autoras verificaram que as representações pré-natais das mães (medidas através da *Adult Attachment Interview*; AAI) estavam fortemente associadas à sensibilidade materna e aos padrões de vinculação da criança medidos aos 15 meses. Num estudo longitudinal, também Huth, Levendosky, Bogat e Eye (2004) verificaram que as experiências de vinculação das mães (percepção de vinculação aos seus próprios pais) medidas através do *Adult Attachment Questionnaire* (Lichtenstein & Cassidy, 1991) estão

relacionadas de forma significativa com as suas representações pré-natais da criança e do seu papel de mãe (WMCI; Zeanah, Benoit, Hirshberg, Barton & Regan, 1994), que, por sua vez, estão relacionadas com o estilo de vinculação analisado através da Situação Estranha (Ainworth et al., 1978), quando as crianças tinham um ano de idade. Nos estudos anteriormente referidos de Ward e Carlson (1995) e de Huth et al. (2004), procedeu-se à comparação da percepção das mulheres sobre a relação de vinculação com os seus pais, com os padrões de vinculação dos seus filhos e foram encontraram correspondências. Ainda na linha dos estudos da transmissão intergeracional das representações de vinculação, Miljkovitch, Pierrehumbert, Bretherton e Halfon (2004) vão mais longe que os estudos anteriores ao compararem as representações de vinculação das mães e dos pais, com as representações de vinculação dos filhos de 3 anos. Os autores realizaram uma análise do conteúdo das entrevistas de vinculação (AAI) (George, Kaplan, & Main, 1985) dos pais, classificados segundo os critérios de Main e Goldwyn (1985/1999; autónomo/seguro, demitido, preocupado e não resolvido) e analisaram as representações dos filhos de 3 anos obtidas através do Attachment Story Completion Task (ASCT; Bretherton et al., 1990). Os resultados do ASCT foram cotados recorrendo a um procedimento Q-sort criado pelos autores, para essas idades, que incluem as seguintes categorias: segurança, desactivação, hiperactivação e desorganização. A segurança é identificada quando a criança apresenta um protagonista da história que não se enquadra em categorias rígidas, revela não só facetas positivas, como também negativas. A criança permite ao protagonista falhar. Ao longo da história consegue viver diferentes sentimentos. Face a situações de *stress*, o seu protagonista procura as figuras parentais para apoio e consolo. A desactivação é uma categoria associada à ansiedade e inactividade da criança. Face à actividade proposta, esta não a desenvolve por sua vontade, é necessário incentivá-la a fazê-lo. As histórias e as descrições das figuras parentais são pouco ricas e convencionais. Os protagonistas estão muito isolados e têm dificuldade em activar atitudes protectoras por parte das figuras de vinculação; no entanto, as crianças não descrevem os pais da história de forma negativa. No caso da hiperactivação, a criança está interessada na tarefa, mas ansiosa. Consegue completar as histórias, contudo, coloca a ênfase nos aspectos negativos. O padrão de desorganização caracteriza-se por histórias desorganizadas, incoerentes, catastróficas e por descrições de protagonistas como totalmente desamparados e sem protecção. Geralmente, há inversão de papéis: a criança assume a posição da figura parental. Os autores identificaram uma correspondência entre as estratégias de representação da vinculação das mães e das crianças, relativamente à segurança-

insegurança, mas também a estratégias secundárias de activação-desactivação. Os filhos de mães autónomas/seguras tendiam a apresentar uma classificação segura no ASCT. As mães das crianças com narrativas desorganizadas enquadravam-se no perfil “não-resolvido”. As mães “demitidas” tendiam a ter filhos classificados com uma estratégia de “desactivação”. Os filhos de mães preocupadas apresentavam um padrão hiperactivo. De acordo com os resultados obtidos, Miljkovitch et al. (2004) verificaram que as mães e as crianças tendiam a apresentar representações de vinculação semelhantes. Apesar dos autores concluírem haver uma transmissão transgeracional de estratégias que regulam pensamentos e sentimentos relacionados com a vinculação, chamaram a atenção para o facto do AAI e o ASCT não serem instrumentos totalmente semelhantes. Nas histórias para completar, as crianças criam respostas que evocam não só as suas experiências na relação com os pais, mas também desejos, medos, ou mesmo experiências de outras pessoas. Por outro lado, no AAI é solicitado aos pais respostas directas sobre a sua relação com as figuras de vinculação. Não foram obtidos resultados significativos sobre a semelhança entre as representações de vinculação da criança e do pai; contudo, várias razões poderão ter contribuído para esta situação, nomeadamente, o facto da maioria das histórias do ASCT se centrarem na mãe e as crianças realizarem a prova na sua presença. van Ijzendoorn (1995b) realizou uma meta-análise sobre a transmissão transgeracional da vinculação. Em particular, analisou estudos que se debruçavam sobre a relação entre a representação de vinculação do adulto (avaliada através da AAI) e a segurança da vinculação na relação pais-criança, medida pela Situação Estranha e procedimentos similares. O autor encontrou uma correspondência em 75% dos estudos. van Ijzendoorn (1995b) constatou igualmente que os estudos sobre transmissão transgeracional incidem sobretudo no relacionamento mãe-filho, mesmo em crianças em idade pré-escolar e escolar. Na sua análise, verificou que é possível identificar resultados significativos na relação pai-filho, embora menos consistentes que os da mãe.

Segundo van IJzendoorn (1995a), as representações de vinculação do adulto são expressas no comportamento parental (e.g., sensibilidade) que, por sua vez, influencia a qualidade da relação de vinculação. O temperamento da criança também exerce um papel neste sistema. As representações de vinculação no adulto e na criança estão fortemente relacionadas, embora não exista ainda uma compreensão completa dessa relação (van IJzendoorn, 1995a).

De entre os instrumentos que estudam as memórias dos adultos sobre a sua história de vinculação, está o *Parental Bonding Instrument* (PBI) (Canavarro, Dias & Lima, 2006). Em

particular, permite estudar a contribuição parental para o vínculo pais-filho. Este instrumento analisa a percepção do adulto sobre a qualidade do *bonding* parental até aos 16 anos de idade (Parker, Tupling, & Brown, 1979). O PBI remete para a memória dos estilos parentais (Mackinnon, Henderson & Andrews, 1993). A qualidade da vinculação está associada aos modelos de trabalho internos dos pais, criados a partir das suas próprias experiências de vinculação na infância e juventude. Estes modelos fornecem regras sobre como os pais processam as suas experiências, sentimentos e memórias relacionados com a vinculação (Bowlby, 1988; Solomon & George, 1996). O modelo de vinculação é incorporado na organização psicológica do indivíduo e influencia de forma significativa o curso de outras relações (Sroufe & Waters, 1977), incluindo as relações pais-filhos (Ward & Carlson, 1995). Ainsworth, Bell e Stayton (1974) chamaram a atenção para quatro dimensões do *bonding* parental: sensibilidade-insensibilidade, aceitação-rejeição, cooperação-interferência e acessibilidade-ignorar. Os estilos parentais estão relacionados com o grau de sensibilidade, resposta e consistência das figuras de vinculação. Para Parker et al. (1979), o conceito de *bonding* parental engloba duas fontes principais de variáveis: a dimensão de cuidado e de controlo. Um nível elevado de afecto/envolvimento e um encorajamento à independência da criança caracteriza um *bonding* parental ideal. Cada uma das dimensões é descrita num contínuo diferente: afecto/envolvimento versus indiferença/rejeição e controlo/superprotecção/intrusão versus encorajamento da independência. A percepção de um *bonding* parental óptimo (Parker et al., 1979) está relacionada com uma atitude construtiva face aos desafios e de satisfação face à vida (Cohen & Dekel, 2000; Sagy & Antonovsky, 2000).

São diversos os estudos que analisaram a relação entre o *bonding* parental e a psicopatologia, recorrendo ao instrumento PBI (Parker et al., 1979). Em pacientes esquizofrénicos foi identificada a presença de uma percepção de *bonding* caracterizado por um baixo nível de afecto e por um alto controlo parental, chamado de controlo sem afecto (Parker, Fairley, Greenwood, Jurd, & Silove, 1982; Willinger et al., 2002). Este tipo de *bonding* foi também encontrado em outras patologias como na depressão (Gotlib, Mout, Corby, & Whiffen, 1988; Duggan, Sham, Minne, & Murray, 1998), na toxicod dependência (Torresani, Favaretto, & Zimmermann, 2000), em indivíduos com traços de personalidade anti-social (Reti et al., 1994), e na personalidade *borderline* (Zweig-Frank & Paris, 1991; Laporte & Guttman, 2007). Laporte e Guttman (2007) analisaram a percepção do comportamento paternal, recorrendo ao *Parental Bonding Instrument*, de três factores

(Kendler, 1996) – afecto, controlo comportamental e controlo psicológico - em três grupos de mulheres: com anorexia, com personalidade *borderline* e sem perturbações psicológicas identificadas. Os níveis mais baixos de afecto materno e paterno foram identificados nas mulheres com personalidade *borderline*. Nesta amostra, as mulheres percepcionavam os pais como fracos prestadores de cuidado e exercendo um forte controlo comportamental. Nas pacientes com anorexia, havia uma percepção da presença de cuidado bi-parental e a presença de controlo dos comportamentos e da autonomia psicológica por parte das mães. As mulheres com patologia *borderline* apresentavam níveis mais altos de controlo comportamental do que as mulheres com anorexia. O controlo parental excessivo também caracteriza os indivíduos com traços de personalidade obsessivos (Cavedo & Parker, 1994) e com bulimia (Meyer & Gillings, 2003). Num estudo efectuado nos EUA com 5877 participantes, foi identificada uma relação entre a falta de cuidado parental, especialmente da mãe, e a generalidade da psicopatologia no adulto (Enns, Cox, & Clara, 2002).

A maternidade e a paternidade são processos *stressantes* por si só (Miller & Sollie, 1980). As funções parentais são altamente complexas e, muitas vezes, são desempenhadas em contextos difíceis, com fracos recursos físicos e pessoais, pesando, por vezes, o facto das crianças apresentarem características físicas e mentais que aumentam o grau de exigência no desempenho deste papel (Abidin, 1990). É fundamental o bem-estar dos pais e uma rede social de apoio para assegurar o cuidado à criança e um bom funcionamento da família (Scheerar, Marvin, & Pianta, 1997). O *stress* parental não conduz inevitavelmente a uma função parental disfuncional; na verdade, pais em contextos socioeconómicos baixos conseguem ser competentes (Spencer & McLoyd, 1990). O *stress* parental pode ser medido e avaliado de diferentes formas (Cohen, Kessler, & Gordon, 1997), nomeadamente a partir da percepção dos pais sobre a sua experiência em lidar com situações *stressantes* no desempenho desse papel. Distingue-se de acontecimentos reais e é ele próprio um factor de influência no dia-a-dia familiar (Takeuchi, Williams, & Adair, 1991). Segundo Glickman, Tanaka e Chan (1991), o *stress* é considerado uma variável que medeia a relação entre os acontecimentos da vida e os resultados pessoais negativos. Este é um factor que contribui mais para a produção de resultados pessoais negativos do que acontecimentos negativos por si só (Ruffin, 1993).

O *stress* parental é um conceito intimamente relacionado com a vinculação. Vários estudos debruçam-se sobre essa relação. Por exemplo, Hadadian (1996) recorrendo a uma amostra de 33 mães de crianças com idades compreendidas entre os 36 e os 54 meses, que participavam num programa pré-escolar para famílias de alto risco, comparou resultados

obtidos no Parental *Stress* Índice (Abidin, 1990) e os resultados do *Attachment Q-set* (Waters, 1987) e concluiu que baixos níveis de *stress* nas mães contribuem para relações de vinculação positivas. Também Teti, Nakagawa, Das e Wirth (1991) recorreram aos mesmos instrumentos para estudar os dois constructos. As autoras verificaram que as mães de crianças menos seguras, apresentavam níveis mais elevados de *stress* e descreviam-se como mais deprimidas em relação ao comportamento dos seus filhos, menos competentes no papel parental e menos ligadas aos seus filhos em comparação com as mães de crianças seguras.

O *stress* parental é um fenómeno complexo, cujo estudo deve ser guiado por modelos e teorias que permitam uma avaliação empírica (Abidin, 1990). Webster-Stratton (1990) analisou diversos estudos sobre o *stress* parental em famílias de crianças com perturbações do comportamento, à luz do seu modelo conceptual. A autora considera como fontes principais de *stress*, factores extrafamiliares (e.g., desemprego, baixo nível socioeconómico), interparentais (e.g., *stress* marital, divórcio) e características da criança (e.g., comportamentos agressivos), que exigem dos pais capacidades de adaptação. O impacto destes factores de *stress* depende do bem-estar psicológico e dos recursos pessoais dos pais, bem como do apoio familiar e social. Por sua vez, a influência do *stress* nas crianças é mediada pela qualidade da sensibilidade dos pais na interacção com os filhos. Abidin (1990) critica o modelo de Webster-Stratton (1990) pelo facto de colocar a ênfase nas capacidades psicológicas dos pais, como principal variável mediadora da forma como os factores *stressantes* influenciam as interacções pais-filhos.

Pianta e Egeland (1990) verificaram que a relação entre o *stress* parental e o impacto nas crianças, é influenciada pela idade a que as crianças foram expostas aos factores de *stress*, pela história anterior da criança (*stressante* ou protectora) e pelo sexo da criança. Em particular, em relação a esta última variável, Pianta, Egeland e Sroufe (1990) verificaram que os rapazes são mais vulneráveis à violência familiar e as raparigas à depressão materna (e.g., ideação suicida). Outros factores estão em jogo, na relação entre o *stress* parental e o impacto nas crianças, nomeadamente o ambiente familiar, os traços da personalidade da mãe e a interacção mãe-criança (Pianta & Egeland, 1990). Também as relações interpessoais da mãe têm impacto não só nas competências parentais, como no contexto da relação mãe-criança. O estudo de Egeland e Farber (1984) remete precisamente para o impacto das relações interpessoais maternas. Os autores recorreram à Situação Estranha para avaliar o padrão de vinculação das crianças aos 12 e aos 16 meses e verificaram que as mães de crianças cuja vinculação passou de segura a resistente, relatam mudanças na sua vida classificadas como

*stressantes*, nomeadamente iniciaram relacionamentos com parceiros associados a comportamentos violentos, abuso de substâncias e criminalidade.

Pianta e Egeland (1990) realizaram um estudo longitudinal com uma amostra de 267 mães de crianças pertencentes a famílias de alto risco, com o objectivo de analisar o impacto de experiências de vida *stressantes* na relação mãe-filho e identificar as estratégias de regulação da interacção. Para analisar o *stress* parental recorreram a uma entrevista semi-estruturada baseada na escala de *Stress de Vida* de Pianta (1986, cit. por Pianta & Egeland, 1990). A interacção mãe-filho foi estudada em dois momentos, aos 6 e aos 42 meses de idade da criança. No primeiro momento de recolha de dados, o cuidado maternal foi observado em contexto de interacção mãe-filho(a). Os comportamentos foram avaliados de acordo com a escala de cooperação e sensibilidade de 9 pontos de Ainsworth et al. (1978). A sensibilidade está relacionada com a forma como a mãe lê as pistas dadas pela criança (especialmente de *stress*) e como ajusta o seu comportamento, revelando consciência do estado subjectivo da criança. Esta medida é um importante preditor da qualidade de vinculação (Egeland & Farber, cit. por Pianta & Egeland, 1990). Aos 42 meses, a interacção foi analisada através de quatro situações de resolução de problemas. Os autores identificaram uma relação significativa entre o *stress* materno e aspectos da interacção mãe-filho quando as crianças tinham 6 e 42 meses. Os resultados foram consistentes nos dois períodos. Foram encontradas diferenças entre os sexos, na magnitude do efeito do *stress* materno. Os autores encontraram um impacto mais negativo na relação mãe-filha. Aos 6 meses foi detectado um estilo parental menos cooperante, mais insensível e mais intrusivo das mães em relação às suas filhas. Aos 42 meses a diferença entre sexos era ainda mais marcada. As interacções com as raparigas eram desadaptadas e foram detectados comportamentos de evitamento das meninas em relação às mães. Segundo os autores, o facto de não ter sido detectado impacto do *stress* materno na relação com os rapazes, não significa que este não seja transmitido, poderá sim manifestar-se mais tarde, por exemplo, na entrada na escola.

Mash e Johnston (1990) realizaram um estudo empírico com o objectivo de estudar o *stress* parental no contexto específico do conflito pais-filhos, em famílias de crianças hiperactivas e de crianças fisicamente abusadas. Verificaram que as interacções *stressantes* pais-filho caracterizam-se por níveis elevados de controlo, falta de mutualidade e de respostas positivas. Neste contexto, o *stress* parental é considerado um constructo complexo constituído por componentes comportamentais, cognitivos e afectivos. Mash e Johnston (1990) centraram-se especificamente nas características do ambiente, da criança e dos pais. Segundo

o seu modelo de *stress* nas interações pais-filho, as características da criança e do ambiente exercem um impacto directo sobre o *stress* interactivo pais-filhos e indirecto, quando mediado pelas características parentais. De acordo com esta conceptualização, existem também influências recíprocas entre o *stress* na relação pais-filhos e as características parentais, da criança e do ambiente.

Segundo o Modelo de Abidin e Burke (1978, cit. por Abidin, 1990), o *stress* parental é influenciado por três grandes domínios de variáveis: as características da criança (adaptação, aceitação, exigência, humor, hiperactividade, reforço aos pais), as características da figura parental (depressão, personalidade e patologia, vinculação e sentimento de competência) e as variáveis situacionais relacionadas com o papel parental (relação com marido/mulher, apoio social, restrição do papel parental, saúde). Cada domínio representa um sistema de variáveis, com diferentes graus de importância, que influenciam o *stress* percebido pelos pais. Segundo Abidin (1990), as causas do *stress* parental só poderão ser melhor compreendidas através de modelos que consideram interações entre múltiplas variáveis e têm em conta as mudanças do comportamento e da cognição. Em consequência, o autor critica o seu próprio modelo por ter atribuído igual peso a todos os factores apresentados e não ter tido em conta a interacção entre variáveis. Também aponta como falha o facto de não ter considerado a complexidade de factores como a personalidade, cognição e percepção dos pais.

A investigação no âmbito das perturbações do comportamento tem identificado características das crianças definidas como fortes geradoras de *stress* (Santos, 2003). Gupta (2007) procurou analisar o grau de *stress* percebido pelos pais em relação a diferentes tipos de perturbação de desenvolvimento. Recorrendo ao *Parental Stress Index* (Abidin, 1995), o autor verificou que os pais de crianças com hiperactividade e défice de atenção, bem como de crianças com atraso no desenvolvimento, apresentavam um nível de *stress* superior ao dos pais de crianças com asma, infectadas com HIV e ditas normais. Os resultados permitiram concluir que o nível de *stress* dos pais varia consoante o tipo de perturbação das crianças. Uma fonte importante de *stress* parental corresponde às doenças crónicas das crianças (Taylor, Washington, Artinian, & Lichtenberg, 2007). Os pais de crianças com atrasos no desenvolvimento tendem a apresentar níveis mais altos de *stress* que os pais de crianças sem atrasos (Baker, Blacher, Crnic, & Edelbrock, 2002). Mães de crianças com autismo percebem níveis de *stress* elevados, bem como níveis baixos de competência parental (Fisman & Wolf, 1991).

Willinger et al. (2005) desenvolveram um estudo que visa aprofundar a compreensão do *stress* parental. Especificamente, analisaram a percepção de 120 mulheres sobre o *bonding* parental dos seus pais, e a sua percepção de *stress* parental na relação com os seus filhos de 7 anos. De acordo com Abidin (1995), Willinger et al. (2005) consideraram três fontes principais de *stress* parental: as características da criança, as características parentais e os factores situacionais. Recorrendo ao PBI (Parker et al., 1979) e ao *Parenting Stress Index* (Abidin, 1995), Willinger et al. (2005) verificaram que a percepção de um *bonding* parental óptimo (materno e paterno) está associada a uma baixa percepção de *stress* parental em relação às características da criança e às características parentais. Willinger et al. (2005) recorreram à teoria da vinculação para explicar esta ligação: “A qualidade da vinculação da criança, baseia-se na qualidade do cuidado que a criança recebe. A percepção de uma prestação de cuidados sensível conduz a um sentimento de confiança relativamente à resposta dos pais. A confiança no apoio e presença do prestador de cuidados dá à criança a confiança para explorar o ambiente e funciona como recurso em caso de ameaça ou *stress*. Estas experiências repetidas de alívio do *stress* estão associadas às expectativas da criança de que o cuidado está regularmente disponível. Esta confiança na disponibilidade dos pais é descrita (...) por Bowlby como vinculação segura. (...) uma melhor capacidade para lidar com os desafios e com o *stress* surge nas primeiras experiências de vinculação, são os chamados modelos de trabalho internos, que parecem ter influências posteriores na capacidade para lidar com o *stress*, de acordo com as nossas descobertas” (pp. 67). Willinger et al. (2005) não encontraram resultados significativos para o *stress* situacional, medido através da subescala *stress* de vida do PSI (Abidin, 1995). Assim, a percepção das mulheres sobre o *bonding* das suas mães e pais parece ter impacto na capacidade para lidar com os desafios e com o *stress* parental. Na sequência destes resultados, os autores propõem a utilização conjunta do PBI (Parker et al., 1979) e do PSI (Abidin, 1995) para identificação de sistemas pais-filhos mais fragilizados ou *stressados*.

A vinculação constitui um factor protector da criança contra o *stress*, mas também está associado à capacidade do adulto para lidar com o *stress* no seu papel parental (Willinger et al., 2005). Na literatura podemos encontrar estudos que verificaram que níveis elevados de *stress* parental estão associados a uma vinculação insegura na criança (Hadadian, 1996; Teti, et al., 1991). A função parental é *stressante* por si só e diversos autores se debruçam sobre o seu estudo, criando modelos para melhor compreender a sua complexidade (e.g., Webster-

Stratton, 1990; Pianta & Egeland, 1990; Egeland & Farber, 1984; Mash & Johnston, 1990; Abidin, 1990).

Por outro lado, a qualidade da relação de vinculação depende não só da história da díade, mas também da experiência passada das figuras de vinculação com os seus próprios pais (e.g., Ward & Carlson, 1995; Miljkovitch et al., 2004). No presente estudo pretendemos analisar a contribuição dos pais para o vínculo pais-filho, ou seja o *bonding* parental através do PBI. Este instrumento permite aceder à percepção do adulto sobre os estilos parentais dos seus pais.

A qualidade da vinculação também está associada à auto-estima. Estudos empíricos provam existir um paralelo entre uma vinculação segura e uma boa percepção de competência e aceitação em domínios precursores da auto-estima (e.g., Cassidy, 1988; Verschueren & Marcoen, 1999; Verschueren et al., 1996; Easterbrooks & Abeles, 2000).

Dada a importância e impacto destas variáveis no desenvolvimento da criança, torna-se importante clarificar a relação entre elas. Quanto mais precocemente forem identificadas as fragilidades nos sistemas pais-filhos mais facilmente se poderá intervir. O presente estudo pretende investigar a relação entre a percepção dos comportamentos de vinculação da criança, a percepção de *bonding* parental, a percepção de *stress* parental e a percepção de competência e aceitação precursoras da auto-estima das crianças com idades entre os 6 e os 8 anos de idade.

A primeira hipótese do presente estudo baseia-se nos resultados obtidos por Willinger et al. (2005). Contudo, para além das mães, incluímos a participação dos pais, de modo a considerar mais uma figura de vinculação significativa na vida da criança e, assim, obter uma imagem mais abrangente e realista do sistema pais-filho. Pretendemos determinar em que medida a percepção de *bonding* parental dos homens e mulheres, na relação com os seus pais, está relacionada com a forma como percebem o *stress* parental na relação com os seus filhos. Em sequência do apresentado, a primeira hipótese do presente estudo é a seguinte: as mães e os pais que recordam tipos de *bonding* ótimo (baixo controlo e presença de afecto) maternos e paternos, apresentam níveis mais baixos de *stress* (relativamente às características do seu filho, dos seus atributos parentais e/ou de variáveis situacionais), do que pais que recordam tipos de *bonding* desadequados (controlo sem afecto, fraco/ausente ou afecto com controlo).

Para Willinger et al. (2005), a percepção de *stress* parental e de *bonding* desadequados sinalizam a presença de um sistema pais-filho fragilizado ou *stressado*. Tendo em conta esta

ideia, pretendemos determinar a relação entre os chamados sistemas pais-filhos em dificuldades e a auto-estima da criança, em particular a percepção de competência e aceitação em domínios específicos para a sua idade (precursores da auto-estima, dada a idade inferior a oito anos da maioria dos participantes). Sendo assim, a segunda hipótese é a seguinte: as crianças filhas de homens e mulheres que atribuem *bondings* parentais desadequados aos seus pais (controlo sem afecto; *bonding* fraco ou inexistente ou afecto com controlo), apresentam níveis mais baixos de percepção de competência e aceitação, do que as crianças cujos pais identificam *bondings* parentais óptimos. A terceira hipótese é a seguinte: os filhos de pais com níveis mais elevados de *stress* relativamente às características da criança, atributos parentais e/ou situacionais, apresentam níveis mais baixos de percepção de competência e aceitação, do que as crianças filhas de pais com níveis mais baixos de *stress* parental.

Com a quarta e quinta hipótese pretende-se estudar a relação entre os comportamentos de vinculação da criança e o *bonding* parental, por um lado, e a associação entre os comportamentos de vinculação e o *stress* parental, por outro. Os pais que atribuem *bondings* parentais desadequados (controlo sem afecto; *bonding* fraco ou inexistente ou afecto com controlo) aos seus próprios pais, tendem a perceber mais comportamentos de vinculação insegura nos seus filhos, em comparação com os pais que percebem *bondings* parentais óptimos. Os homens e mulheres que referem possuir níveis mais elevados de *stress* parental, tendem a perceber mais comportamentos de vinculação insegura nos seus filhos, do que os pais com níveis mais baixos de *stress* parental.

Procurámos também analisar o impacto do tipo de *bonding* passado, desta vez, na parentalidade. Ou seja, em que medida as mulheres e homens que identificam *bondings* parentais óptimos nos seus próprios pais tendem a perceber o seu papel actual de pai/mãe como mais investido e motivante, em comparação com os homens/mulheres que atribuíram *bondings* desadequados aos seus pais. Assim, a sexta hipótese é a seguinte: os pais que percebem *bondings* parentais desadequados nos seus próprios pais (controlo sem afecto; *bonding* fraco ou inexistente ou afecto com controlo), tendem a perceber o seu papel parental como menos investido e motivante, do que pais com *bondings* óptimos. Para medir o investimento parental, iremos recorrer à subescala de vinculação do PSI (Abidin, 1995).

Dada a importância da rede de figuras de vinculação para a criança em idade escolar, no presente estudo considerámos relevante, para além da mãe e do pai, a participação do professor. O pai e a mãe acompanham a criança no seu dia-a-dia e partilham experiências com o filho; logo, esperamos encontrar percepções idênticas sobre os comportamentos de

vinculação da criança. Na medida em que a relação de vinculação da criança em idade escolar ao professor está pouco clarificada, pretendemos analisar em que medida a percepção dos pais e dos professores em relação ao comportamento de vinculação da criança é ou não coincidente. Se, por um lado, poderá haver uma influência da relação de vinculação com os pais na forma como a criança lida com o professor, por outro lado, as duas relações poderão ser independentes e ter igual peso, consoante o contexto, ou seja, podem resultar da história da relação (modelo de organização integrativa e independente). É certo que o passado da vinculação com os pais exerce influência nas relações futuras; contudo, no contexto da escola, o professor tem um papel que poderá ser catalizador na relação com a criança e quebrar ciclos de vinculação insegura, quando tal é o caso. Por último, a sétima hipótese é a seguinte: a percepção dos pais sobre os comportamentos de vinculação da criança é distinta da percepção dos professores, pois resulta da história da relação da díade.

## II. MÉTODO

### 1. Participantes

Os dados foram recolhidos em 4 escolas do ensino básico, 3 das quais públicas, do distrito da Amadora, e uma privada do distrito de Lisboa. Participaram 43 crianças, com idades compreendidas entre os 6 e os 8 anos de idade e as respectivas mães, pais e professores. Das 43 crianças, 19 eram do sexo feminino e 24 do sexo masculino. A média de idade dos vários participantes neste estudo é de 6,9 anos ( $DP = 0.66$ ) para as crianças, de 37 anos ( $DP = 4.88$ ) para as 43 mulheres e de 40.3 anos ( $DP = 5.71$ ) para os 39 homens. As tríades seleccionadas pertencem à classe média de acordo com Classificação Social Internacional de Graffard (1956). O resultado médio na classificação de Graffard para a amostra de 43 famílias foi de 13.71 ( $DP = 3.28$ ), o que corresponde à classe III que, por sua vez, equivale a um nível socioeconómico médio. A distribuição das classificações das famílias foi a seguinte: 63% na classe II, 19% na classe III e 19% na classe IV. Participaram no estudo 11 professores do ensino básico. Num total de 11 turmas, com uma média de 25 alunos cada, ou seja, num universo de 275 crianças a cujos pais foi solicitada a participação no estudo, obtiveram-se 43 respostas afirmativas (15.6% de taxa de resposta).

## 2. Instrumentos

### 2.1. Classificação Social Internacional de Graffard

A Classificação Social Internacional de Graffard (1956) é um método que permite classificar as famílias quanto ao nível socioeconómico. Baseia-se no estudo, não apenas de uma característica da família, mas de um conjunto de cinco critérios, a saber: a profissão, o nível de instrução, a fonte de rendimento familiar, o conforto do alojamento e o aspecto do bairro onde habita. Numa primeira fase, atribui-se a cada família observada uma pontuação de 1 a 5 (1 - mais elevado e 5 - mais baixo) em cada um dos cinco critérios enumerados. Posteriormente, somando as pontuações, obtém-se um resultado final que equivale a uma classe (classe I à classe V). A cada classe corresponde um intervalo de pontuação que passamos a indicar: classe I - 5 a 9 pontos; classe II - 10 a 13 pontos; classe III - 14 a 17 pontos; classe IV - 18 a 21 pontos e classe V - 22 a 25 pontos. Os resultados finais têm igualmente uma correspondência com o nível socioeconómico da família, a saber: 5 a 11 pontos - nível alto; 12 a 17 pontos - nível médio e 18 a 25 pontos - nível baixo. Não foram obtidos dados para todos os critérios da classificação, nomeadamente, para os critérios “conforto do alojamento” e “aspecto do bairro onde habita”. Foram atribuídos 3 pontos aos critérios para os quais não existiam dados. No entanto, numa das escolas localizada perto de um bairro social, procurou-se proceder a uma recolha de dados junto dos professores.

### 2.2. *Stress* parental

Para medir o *stress* parental foi utilizado o Índice de *Stress* Parental (PSI) (Abidin, 1990, 1995), escala adaptada para a população portuguesa por Santos (1992, 2003). O presente instrumento baseia-se no modelo de Abidin e Burke (1978, cit. por Abidin, 1990). Segundo os autores, o total de *stress* que uma figura parental experimenta é função do contributo de características específicas da criança, de características da figura parental e de variáveis situacionais que estão directamente relacionadas com o papel parental (Abidin, 1990; Mash & Johnson, 1990; Webster-Stratton, 1990). O questionário é preenchido pelos pais de crianças com idades compreendidas entre os 5 e os 10 anos. Permite avaliar três fontes de *stress* parental, o Domínio da Criança, recorrendo a 6 subescalas, o Domínio dos Pais, utilizando 7 subescalas e o Domínio Situacional. O PSI é composto também pela subescala de *stress* de vida (opcional), que mede o *stress* ligado a variáveis situacionais, considerado

exterior à relação pais-criança (e.g., desemprego, morte de um membro da família, mudança de residência). Cada item descreve atitudes ou comportamentos da criança ou dos pais que são avaliados de acordo com a sua adequação à realidade (concordo completamente, concordo, não tenho a certeza, discordo e discordo completamente). Na subescala *Stress* de Vida existem apenas duas possibilidades de resposta (sim ou não), de acordo com a adequação da afirmação.

O Domínio da Criança avalia a percepção dos pais sobre o temperamento da criança e sobre o impacto das características da criança neles próprios. As subescalas que avaliam este domínio são: Distracção/hiperactividade, Reforço aos pais, Humor, Aceitação, Maleabilidade de adaptação, Exigência e Autonomia.

A subescala Distracção/hiperactividade permite avaliar se as crianças apresentam comportamentos relacionados com o Défice de Atenção com Hiperactividade. A subescala de Maleabilidade de Adaptação afere em que medida a criança tem capacidade de adaptação a novos contextos físicos e sociais. Os comportamentos geralmente associados a resultados elevados nesta subescala correspondem a: perturbação emocional na mudança de uma tarefa para outra; reacções exageradas face a alterações sensoriais; evitamento no contacto com pessoas estranhas; dificuldade em adaptar-se a mudanças na rotina; dificuldade em ser acalmada. A subescala de Reforço aos pais avalia até que ponto as crianças reforçam positivamente o comportamento dos seus prestadores de cuidados. Resultados elevados revelam que as interacções do pai ou mãe com o seu filho não produzem sentimentos positivos sobre si próprio. A subescala Exigência foi desenvolvida para medir a pressão exercida pela criança sobre as figuras parentais. Pais que apresentam resultados elevados nesta escala lidam com comportamentos de provocação, intromissão, agressão e/ou exigência de atenção por parte dos filhos, em resultado de dependência ou desobediência extrema. A subescala Humor detecta sinais de tristeza e depressão, expressos em choro excessivo da criança e inexistência de sinais de felicidade. Resultados muito elevados poderão ser indicadores de problemas na relação pais-filho e/ou de indisponibilidade dos pais, que se poderá dever ao consumo de álcool ou drogas. A subescala Aceitação avalia em que medida as expectativas dos pais face às características dos filhos (físicas, intelectuais ou emocionais), correspondem ou não à criança real.

Resultados elevados no Domínio da Criança poderão significar que os pais associam as características das crianças a dificuldades na parentalidade. Quando os resultados neste domínio são mais elevados em comparação com os resultados no Domínio dos pais e na

escala *Stress* de Vida, poder-se-á inferir que as características da criança são as principais fontes de *stress* parental.

O Domínio dos Pais avalia algumas características pessoais dos pais e variáveis do contexto familiar que influenciam a capacidade para responder adequadamente às tarefas e exigências associadas a ser-se mãe/pai. Resultados elevados neste domínio indiciam que as características parentais estão a contribuir para o *stress* parental e para uma disfunção na interacção pais-filho. Quando há uma conjugação de resultados elevados nas subescalas de Vinculação, Isolamento social e Relação marido/mulher, o risco de abuso de crianças aumenta (Santos, 2003).

As subescalas que compõem o Domínio dos Pais são: Sentido de competência, Vinculação, Restrição do papel, Depressão, Relação com o marido/mulher, Isolamento social e Saúde. A subescala Sentido de competência avalia a percepção de competência parental, no que diz respeito ao conhecimento, gestão do comportamento da criança e tomada de decisão. A avaliação da existência uma rede social de apoio aos pais é obtida recorrendo à subescala Isolamento social. Resultados elevados sinalizam a percepção pela mãe ou pai de falta de suporte psicológico e físico por parte da família e amigos. A subescala Vinculação avalia a motivação dos pais para o desempenho do papel parental. Permite aferir a percepção de proximidade emocional e sintonia na relação com os seus filhos. O constructo subjacente é consistente com os modelos de trabalho internos dos pais (George & Solomon, 1989). Um resultado elevado revela uma perturbação na forma como pai percepção a sua relação com o filho. A subescala Saúde avalia o impacto do estado de saúde do pai ou mãe no *stress* parental vivido. A Restrição do papel é uma subescala que avalia em que medida o papel de pai ou mãe exerce uma influência negativa no desempenho de outros papéis, nomeadamente se sentem ressentimento pela perda de oportunidades noutras áreas da sua vida. A subescala Depressão permite avaliar se a energia emocional e física está comprometida e influencia o relacionamento com o filho. Esta subescala também detecta o grau de culpa parental. A subescala Relação Marido/Mulher avalia não só o apoio físico e emocional dado pelo cônjuge, como identifica a presença de conflito entre os elementos do casal.

Para as várias subescalas foram identificados níveis aceitáveis de consistência interna dos dados, com excepção da subescala de autonomia (Santos, 2003). Santos (2003) desaconselha a sua utilização em investigação, ainda que esta possa fornecer conteúdos pertinentes em contexto clínico, especificamente para crianças com problemas socioemocionais e comportamentais. A estabilidade dos dados da escala foi analisada através

de um estudo teste-reteste, que permitiu verificar um resultado elevado para um intervalo de 3 meses (Santos, 1996).

### 2.3. *Bonding* parental

Para estudar o componente parental do vínculo pais-criança (*bonding* parental), ou seja, a percepção do adulto sobre o comportamento parental dos seus pais, optámos por recorrer ao *Parental Bonding Instrument* (Parker et al., 1979). O PBI é uma escala do tipo Likert, de 0 a 3 pontos, que mede a percepção do comportamento dos pais durante os primeiros 16 anos de vida. É composta por 25 itens que se agrupam em duas escalas: controlo e afecto/cuidado parental. Cada item descreve atitudes ou comportamentos dos pais que são avaliados de acordo com a sua adequação à realidade (muito apropriado, moderadamente apropriado, moderadamente desapropriado ou muito apropriado) (Parker et al., 1979). Cada pessoa responde ao questionário duas vezes, uma para descrever o estilo parental da mãe e outra para descrever o estilo parental do pai.

O factor afecto/cuidado parental tem um pólo de calor emocional, empatia e proximidade e um pólo oposto denominado de frieza emocional, indiferença e negligência. Os itens que constituem a escala de afecto parental medem a ausência ou presença de afecto. O factor controlo tem um pólo de controlo, superprotecção, intrusão, contacto excessivo, infantilização e prevenção de comportamento independente. O pólo oposto corresponde à permissão de independência e autonomia. A escala controlo/superprotecção mede a presença ou ausência desse factor. A combinação dos dois factores permite obter quatro estilos de *bonding* parental: Controlo sem afecto (afecto baixo – controlo alto), *Bonding* óptimo (alto afecto – baixo controlo), *Bonding* fraco ou ausente (baixo controlo – baixo afecto) e Afecto com controlo (alto afecto – alto controlo).

O PBI é um dos instrumentos mais utilizados para medir a associação entre a percepção de *bonding* parental e a predisposição para patologias no adulto. O instrumento é utilizado em diferentes culturas, para além das ocidentais, tendo sido aplicado em países como o Paquistão (Qadir, Stewart, Klan, & Prince, 2005) e Japão (Uji, Tanaka, Shono, & Kitamura, 2006), bem como em estudos transculturais na Índia e Bélgica (Datta, Marcoen, & Poortinga, 2005).

Na medida em que não existe uma versão portuguesa para a presente escala, foi necessário proceder à tradução da mesma para português pelo investigador com posterior

verificação por estudantes finalistas do curso de mestrado integrado na área de psicologia clínica.

#### 2.4. Percepção de competência e aceitação social

Para avaliar a percepção de competência e aceitação social das crianças recorreremos à Escala Pictográfica de Percepção de Competência e Aceitação Social (Harter & Pike, 1981, 1984; Mata, Monteiro & Peixoto, 2008), constituída por 35 itens. Apesar de não ser uma medida de auto-estima ou autoconceito, por si só, porque se destina a crianças com idades inferiores a oito anos, permite aferir áreas de competência e de aceitação social que são precursoras da auto-estima (Cassidy, 1988). Através desta escala é possível aceder à autopercepção da criança em diferentes domínios significativos da sua vida. Subentendida está a ideia de que as crianças não se percebem da mesma forma em todos os domínios e, na verdade, são capazes de os distinguir com clareza (Harter, 1982). A apresentação da escala é gráfica ou pictográfica, para um mais fácil entendimento dos itens. Esta é uma escala de aplicação individual, constituída por duas versões, uma para a idade pré-escolar (4 e 5 anos) e outra para o primeiro e segundo ano de escolaridade (6 e 7 anos). Consoante o sexo da criança é possível optar por uma versão masculina ou feminina, cuja diferença está no sexo do personagem-alvo. As actividades expressas nas figuras mantêm-se as mesmas para os dois sexos. Os 35 itens são apresentados à criança a partir de uma imagem que serve de suporte ao texto lido pelo experimentador. Cada item é constituído por duas imagens/afirmações que representam uma criança mais competente ou aceite e outra menos competente ou aceite (e.g., “Esta menina não é muito boa a soletrar as letras das palavras e esta menina é muito boa”). É solicitado à criança que opte pela situação com a qual mais se identifica (e.g., “És mais parecida com qual menina?”). Após esta primeira escolha, a criança deverá concentrar-se apenas na figura do lado indicado por ela e é questionada sobre o grau de identificação (e.g., “És boa a dizer as letras das palavras ou és mesmo muito boa?”). Assim, para cada item há uma questão específica e esta é acompanhada por um círculo maior ou menor, que exemplifica graficamente esse grau de identificação. Cada item é avaliado numa escala de 4 pontos, do 4 - mais competente ou aceite ao 1 - menos competente ou aceite. As quatro hipóteses de resposta evitam a tendência para respostas de deseabilidade social (Harter, 1982). A escala foi construída com base em dois grandes constructos: competência percebida e aceitação social. A cada um deles correspondem duas subescalas, respectivamente,

Competência Cognitiva e Competência Física, e Aceitação Materna e Aceitação dos Pares. A subescala Competência cognitiva, composta por 8 itens, pretende avaliar a autopercepção de competência em tarefas relacionadas com a escola (e.g., somar, contar, fazer os trabalhos). A dimensão Competência física avalia a autopercepção de competência em actividades próprias da idade, de natureza locomotora, e é constituída por 9 itens. A subescala de Aceitação dos pares avalia a autopercepção na relação com os pares, através de um conjunto de 8 itens (e.g., se é convidado para festas de anos, se emprestam brinquedos). Por fim, a dimensão Aceitação Materna constituída por 10 itens e permite analisar a forma como a criança percebe a qualidade da relação com a sua mãe. Na escala original de Harter e Pike (1984), cada subescala era composta por 6 itens. Para obter o perfil de competência e aceitação social é calculada uma média para os itens de cada subescala e, posteriormente, para cada dimensão.

## 2.5. Comportamentos de vinculação da criança

Para estudar os comportamentos de vinculação nas crianças, recorreu-se a duas escalas complementares: a Escala de Percepção do Comportamento de Vinculação da Criança, versão para mães (PCV-M) (Dias et al., 2002; Dias et al., 2007) e a Escala de Percepção do Comportamento de Vinculação da Criança, versão para Professores (PCV-P) (Dias et al., 2004; Dias et al., 2007). As duas escalas destinam-se a avaliar a percepção das mães e dos professores relativamente aos comportamentos de vinculação das crianças, a frequentar os primeiros anos do ensino básico (entre os 6 e os 8 anos).

A escala PCV-M (Dias et al., 2002) é constituída por três subescalas: Dificuldade de Auto-regulação Emocional, Comportamento de Base Segura e Partilha de Afecto. Inclui também uma subescala de Desejabilidade Social. No total, a escala PCV-M (Dias et al., 2002) é composta por 33 itens. Resultados elevados na subescala de Dificuldade de Auto-regulação Emocional revelam que a mãe percebe no seu filho dificuldade nesta dimensão. Valores elevados na subescala de Comportamento de Base Segura são indicadores de à-vontade na exploração do meio e de uma tendência para procurar o apoio das figuras de vinculação em situações de *stress*. Quanto maior a pontuação na subescala de Partilha de Afecto, maior a partilha de afectos positivos e negativos da criança com as figuras de vinculação. Valores elevados na subescala de Desejabilidade Social colocam em causa os resultados obtidos, na medida em que revelam um enviesamento nas respostas, motivado por uma necessidade da mãe mostrar uma realidade positiva (Dias et al., 2007).

A escala PCV-M foi criada com base num banco de itens que reflectem diferentes padrões de vinculação de crianças em idade escolar, na relação com os pais, na escola e com os pares, do attachment Q-Sort - AQS (Waters, 1995) e da versão do AQS de Waters, Kondo-Ikemura, Richters e Posada (1991) destinada a crianças dos 6 aos 12 anos, chamado Supervision Partnership Q-Sort. A revisão de literatura de estudos longitudinais de Thompson (1999), sobre a correspondência entre os comportamentos de vinculação da criança em idade escolar e os seus padrões de vinculação da primeira infância, constituiu igualmente uma fonte de informação para a elaboração dos itens (Dias et al., 2002; Dias et al., 2007).

Para avaliar a percepção que o professor tem da segurança da vinculação da criança em relação a si própria e em geral no contexto escolar, os autores criaram a escala PCV-P (Dias et al., 2004). Esta escala é constituída por um total de 28 itens, que se organizam em duas subescalas: Comportamento de Base Segura e Auto-regulação Emocional. Resultados elevados na subescala de Comportamento de Base Segura são reveladores da tendência da criança para recorrer ao professor como fonte de apoio na exploração do meio e de suporte emocional em situações de *stress*. Quanto mais elevados forem os resultados na subescala de Auto-regulação Emocional, maior a facilidade da criança em regular o comportamento e as reacções emocionais face a dificuldades no relacionamento com o professor e com os pares. Os itens que constituem a escala foram identificados a partir de um banco de 60 itens, recolhidos no AQS (1995) e no Student-Teacher Relationship Scale (Pianta, 1996), que avalia a percepção dos professores sobre a relação com os seus alunos (Dias et al., 2004).

Ambas as escalas são constituídas por itens com resposta tipo *likert* de 5 pontos. Na escala PCV-M questiona-se a mãe sobre a correspondência da afirmação ao comportamento do filho (1- “totalmente diferente do meu filho” a 5 – “totalmente parecido com meu filho”). No PCV-P o professor analisa em que medida as acções do seu aluno se assemelham ao item apresentado (1 – “totalmente diferente deste aluno” a 5 – “totalmente parecido com este aluno”). Os resultados são calculados através do somatório dos valores obtidos nos itens que constituem cada subescala. Quando se procede à cotação do total da escala PCV-M, os itens da subescala Dificuldades de auto-regulação emocional são cotados de forma invertida (Dias et al., 2007).

Os autores apontaram algumas limitações aos dois instrumentos, nomeadamente a necessidade de aplicação em amostras mais vastas e do seu estudo em amostras da população clínica e em risco, para uma análise da sua validade discriminatória. Salientam igualmente a

necessidade de proceder à avaliação da validade convergente da PCV-M e da PCV-P com outros instrumentos que estudam a vinculação para a mesma faixa etária (Dias et al., 2007).

### 3. Procedimento

Numa primeira fase, foi solicitada autorização para a realização do estudo à Direcção Geral de Desenvolvimento e Inovação Curricular – Ministério da Educação (ver anexo A) e ao conselho executivo do agrupamento a que pertenciam as 3 escolas públicas (ver anexo B). Posteriormente, foi efectuado um contacto formal (via carta; ver anexo C) junto dos órgãos directivos das 4 escolas para iniciar o estudo. Seguiu-se um pedido de autorização escrita a todos os participantes (pais e professores), através da carta de consentimento informado (anexo D e E). Os pais validaram a participação dos filhos. Após terem sido recebidas as aceitações por escrito, foram fornecidos envelopes às escolas, para serem entregues aos pais, com os questionários e as respectivas instruções de preenchimento, bem como com o contacto da investigadora para esclarecimento de dúvidas. Cada envelope continha uma breve descrição do estudo (anexo F) e dois exemplares de cada questionário, um destinado ao pai e outro à mãe. Os impressos fornecidos para preenchimento foram os seguintes: ficha de dados socioeconómicos (anexo G); *Parental Bonding Instrument* (PBI; Parker et al., 1979; anexo H); Índice de *Stress* Parental (PSI; Abidin, 1990, 1995) e PCV-M. Embora a PCV-M tenha sido criada para preenchimento pela mãe, solicitámos igualmente ao pai que respondesse ao questionário. O PBI foi preenchido por cada pessoa duas vezes, uma para descrever o estilo de *bonding* da mãe e outra para descrever o estilo de *bonding* do pai. Foi solicitado aos professores o preenchimento do PCV-P para cada aluno participante no estudo.

A Escala Pictográfica de Percepção de Competência e Aceitação Social (Harter & Pike, 1981, 1984), em fase de adaptação por Mata, Monteiro e Peixoto (2008) foi aplicada individualmente a cada criança pela investigadora, que seguiu o procedimento definido pelos autores (ver grelha de respostas no Anexo I). A aplicação decorreu na escola frequentada pela criança ou na residência da mesma, de acordo com a preferência dos pais.

A informação recolhida através da ficha de dados socioeconómicos foi analisada de acordo com os critérios da Classificação Social Internacional de Graffard (1956; anexo J), o que permitiu classificar as famílias quanto ao nível socioeconómico.

#### 4. Análise estatística

A primeira hipótese, de que as mães e os pais que recordam tipos de *bonding* óptimo materno e/ou paterno, apresentam níveis mais baixos de *stress* (relativamente às características do seu filho, atributos parentais e/ou factores situacionais) do que pais que recordam tipos de *bonding* desadequados (controlo sem afecto, fraco/ausente ou afecto com controlo), foi testada com base no teste não-paramétrico de Mann-Whitney. Em anexo, apresenta-se o *output* do SPSS para este teste (ver o anexo K). Para avaliar se a percepção do tipo de *bonding* (óptimo, controlo sem afecto, fraco/ausente ou afecto com controlo) materno e paterno, influencia significativamente a percepção do nível de *stress* parental (domínio da criança, domínio parental, factores situacionais) recorreu-se ao teste não-paramétrico de Kruskal-Wallis, seguido da comparação múltipla das médias das ordens, como descrito em Maroco (2007). Em anexo, encontra-se o *output* do SPSS para este teste (ver o anexo L).

De forma a verificar se as crianças filhas de pais que percebem *bondings* parentais desadequados (controlo sem afecto, *bonding* fraco/inexistente, ou afecto com controlo), apresentam níveis mais baixos de percepção de competência do que as crianças cujos pais percebem *bondings* parentais adequados, foi utilizado o teste não-paramétrico de Mann-Whitney (segunda hipótese; ver *output* do SPSS - anexo M).

Para análise da terceira hipótese, ou seja, se as crianças com pais que identificam níveis mais elevados de *stress* (relativamente às características da criança, atributos parentais e/ou factores situacionais) apresentam níveis mais baixos de percepção de competência, do que as crianças cujos pais percebem níveis mais baixos de *stress* parental, foi utilizado o teste não-paramétrico de Mann-Whitney (ver *output* do SPSS - anexo N).

A quarta hipótese, de que os homens e mulheres com *bondings* parentais desadequados (controlo sem afecto, *bonding* fraco ou inexistente ou afecto com controlo), tendem a apresentar perceber comportamentos de vinculação insegura nos seus filhos, foi analisada através do teste não-paramétrico de Mann-Whitney (para consulta do *output* do SPSS para este teste, ver o anexo O).

A quinta hipótese de que os pais com níveis mais elevados de *stress* relativamente às características da criança e/ou dos atributos parentais, tendem a perceber comportamentos de vinculação insegura nos seus filhos, foi analisada através do teste não-paramétrico de Mann-Whitney (para consulta do *output* do SPSS para este teste, ver o anexo P).

De forma a verificar se os pais que percebem *bondings* parentais desadequados (controlo sem afecto, *bonding* fraco ou inexistente ou afecto com controlo), tendem a perceber o seu papel parental como menos investido e motivante, do que pais com *bondings* óptimos, recorremos ao teste não-paramétrico de Mann-Whitney. Para consulta do *output* do SPSS relativo a este teste ver o anexo Q (sexta hipótese).

Para estudar a correlação entre os resultados obtidos na PCV-M e na PCV-P, recorreu-se ao coeficiente de correlação de *Spearman* para as variáveis com distribuição não normal e ao coeficiente de correlação de Pearson para as variáveis com distribuição normal (*output* do SPSS no anexo R).

A normalidade das distribuições dos dados do PBI foi avaliada através do teste Shapiro-Wilk, devido ao reduzido tamanho da amostra (ver anexo S). Para as restantes variáveis, optou-se por utilizar testes não-paramétricos dada a reduzida dimensão das amostras. Na análise descritiva, foram calculados índices de tendência central e de dispersão para as subescalas, domínios e total de cada instrumento (ver anexo T). Para o estudo da consistência interna, foi calculado o coeficiente *alpha de Cronbach* para todos os instrumentos, com excepção do PSI (ver anexo S), uma vez que a empresa que o comercializa em Portugal não facultou informação sobre a cotação e constituição das subescalas. A cotação dos resultados no PSI foi realizada recorrendo a um software, que após introdução das respostas, emite um relatório por pessoa (ver anexo U). Considerámos os valores brutos das subescalas, domínios e total, indicados nos relatórios.

A análise estatística foi efectuada com o *software* SPSS (v. 15, SPSS Inc, Chicago, IL) para  $\alpha = .05$ .

### **III - Resultados**

#### **1. Análise descritiva**

##### **1.1. PSI**

No Quadro 1, apresentam-se os índices de tendência central e de dispersão para as subescalas, os domínios e o total do PSI. Para os resultados obtidos pelos pais (mãe e pai) no Domínio da Criança, as médias variam entre 8.39 (subescala C – Humor) e 24.73 (subescala E

- Maleabilidade de Adaptação). Esta oscilação é semelhante à verificada por Santos (1992, 2003). Os desvios-padrão variam entre 2.47 (subescala C – Humor) e 7.44 (subescala E – Exigência). A diferença relativamente aos estudos de Santos (1992, 2003) reside no facto da autora ter identificado um valor mais alto no desvio-padrão na subescala Sentido de competência. No Domínio dos Pais, as médias oscilam entre 11.01 e 23.59 para a subescalas O (Saúde) e H (Sentido de competência) e os desvios-padrão variam entre 2.72 (I – Vinculação) e 6.42 (H – Sentido de competência). Para as subescalas mencionadas obtiveram-se variações idênticas às de Santos (1992), não só relativamente às médias como, também, em relação aos desvios-padrão.

QUADRO 1  
Médias e Desvios-padrão obtidos nas Subescalas, Domínios e Total do PSI

SUBESCALAS/DOMÍNIOS	Nº DE ITENS	Mulheres		Homens		Total	
		M	DP	M	DP	M	DP
A - Distracção / Hiperactividade	8	19.85	5.91	18.42	4.43	19.22	5.32
B - Reforço aos Pais	6	8.80	2.98	8.36	3.04	8.61	2.99
C – Humor	4	8.90	2.62	7.76	2.14	8.39	2.47
D – Aceitação	8	14.24	3.64	12.58	3.78	13.50	3.77
E - Maleabilidade de Adaptação	12	25.41	5.55	23.88	5.65	24.73	5.61
F – Exigência	8	15.10	4.21	16.42	10.15	15.69	7.44
H - Sentido de Competência	13	24.78	6.80	22.12	5.69	23.59	6.42
I – Vinculação	7	11.71	2.79	11.67	2.68	11.69	2.72
J - Retrição do Papel	7	16.73	5.18	14.88	5.22	15.91	5.25
L – Depressão	9	18.05	5.51	15.52	4.29	16.92	5.13
M - Relação Marido/Mulher	7	14.63	4.76	14.15	4.37	14.42	4.57
N – Isolamento Social	6	12.49	3.13	12.70	4.27	12.58	3.66
O – Saúde	5	11.95	3.24	9.85	2.74	11.01	3.19
Domínio da Criança	46	92.32	18.09	84.70	19.59	88.92	19.03
Domínio dos Pais	54	108.39	26.62	101.33	22.11	105.24	24.80
<i>Stress</i> de vida	24	12.88	11.74	11.91	9.68	12.45	10.81
G – Autonomia	8	18.37	3.78	17.06	3.73	17.78	3.08
Total	132	202.66	35.60	187.42	34.03	195.86	35.50

Nota. Mães N=41; Pais N=33; Total N=74

Recorrendo ao  $d$  de Cohen, verificámos que a magnitude das diferenças entre as médias dos homens e das mulheres é pequena para as médias do total da escala ( $d = .44$ ) e do Domínio da Criança ( $d = .40$ ) e nula para o domínio dos pais ( $d = .29$ ). Embora a diferença seja pouco expressiva, as mulheres apresentam resultados médios mais elevados que os homens (neste caso, no domínio da criança e no total da escala) e estes resultados são concordantes com o verificado por outros autores (Abidin, 1995, Santos, 2003).

## 1. 2. PBI

No Quadro 2, apresentam-se os índices de tendência central e de dispersão para as duas dimensões do PBI (Afecto e Controlo). O índice de magnitude das diferenças entre as médias do afecto materno e do afecto paterno, percebido pelas mulheres ( $d = 0.057$ ) indica a ausência de efeitos. Para os homens, verifica-se um efeito prático moderado ( $d = 0.70$ ) entre as médias do afecto materno e do afecto paterno. Para as diferenças entre as médias do controlo materno e do controlo paterno, percebido pelas mulheres ( $d = 0.21$ ) e pelos homens ( $d = 0.17$ ), os índices de magnitude das diferenças entre as médias revelam efeitos pequenos ou nulos.

QUADRO 2  
Médias e Desvios-Padrão relativos à percepção das  
mulheres e dos homens em relação ao *Bonding* materno e  
paterno

	Mulheres		Homens	
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>
<i>Bonding</i> materno				
Afecto	24.93	8.04	29.15	4.96
Controlo	14.95	5.88	12.94	5.49
Total	39.95	8.44	41.85	6.50
<i>Bonding</i> paterno				
Afecto	24.51	6.57	24.22	8.59
Controlo	13.65	6.25	11.91	6.56
Total	38.39	8.83	36.09	9.23

Nota. Pai: *Bonding* Materno  $N=34$ ; *Bonding* Paterno  $N=32$

Seguidamente, apresentamos medidas de assimetria e de curtose. A normalidade das distribuições foi avaliada através do teste Shapiro-Wilk. A variável “afecto percebido pelos homens no *bonding* materno” ( $N=34$ ) tem uma distribuição normal ( $p = .305$ ) mesocúrtica ( $g_2 = -.414$ ), com assimetria à esquerda ( $g_1 = -.414$ ). A variável “controlo percebido pelos homens no *bonding* materno” ( $N = 35$ ), tem uma distribuição normal ( $p = .622$ ) mesocúrtica ( $g_2 = -.472$ ) com simetria ( $g_1 = .312$ ). A variável “afecto percebido pelos homens no *bonding* paterno” ( $N = 32$ ) tem uma distribuição não normal ( $p = .029$ ) leptocúrtica ( $g_2 = .547$ ), assimétrica à esquerda ( $g_1 = -.936$ ). A variável “controlo percebido pelos homens no *bonding* paterno” ( $N = 33$ ) tem uma distribuição não normal ( $p = .004$ ) leptocúrtica ( $g_2 = 2.523$ ), assimétrica à direita ( $g_1 = 1.441$ ). A variável “afecto percebido pelas mulheres no *bonding* materno” ( $N = 41$ ) tem uma distribuição normal ( $p = .058$ ) leptocúrtica ( $g_2 = .773$ ), assimétrica à esquerda ( $g_1 = -.923$ ). A variável “controlo

percepcionado pelas mulheres no *bonding* materno” ( $N = 40$ ) tem uma distribuição normal ( $p = .426$ ) mesocúrtica ( $g_2 = .340$ ), simétrica ( $g_1 = .192$ ).

A variável “afecto percepcionado pelas mulheres no *bonding* paterno” ( $N = 37$ ) tem uma distribuição normal ( $p = .282$ ) plactúrica ( $g_2 = -.656$ ), simétrica ( $g_1 = -.324$ ). Por último, a variável “controlo percepcionado pelas mulheres no *bonding* paterno” tem uma distribuição normal ( $p = .622$ ) plactúrica ( $g_2 = -.707$ ), simétrica ( $g_1 = .269$ ).

No Quadro 3, apresentamos a correlação entre as dimensões do PBI e o total da escala. Podemos verificar que cada domínio se correlaciona significativamente com o total da escala. A percepção dos homens de *bonding* materno e de *bonding* paterno correlaciona-se significativamente para as dimensões controlo, dimensão afecto e total. Nas mulheres, a correlação estatisticamente significativa entre a percepção de *bonding* materno e paterno verifica-se relativamente à dimensão controlo e ao total. Encontrámos também uma correlação invertida entre a percepção dos homens de *bonding* materno na dimensão controlo e a percepção das mulheres de *bonding* materno na dimensão afecto. A percepção dos homens para o *bonding* materno na dimensão controlo também se correlaciona com a percepção das mulheres de *bonding* paterno para a dimensão afecto.

QUADRO 3.  
Correlações entre a Dimensão Controlo e a Dimensão Afecto e o Total, para os *bondings* maternos e paternos dos homens e mulheres, obtidos no PBI

		MULHERES						HOMENS						
		<i>Bonding</i> Materno			<i>Bonding</i> Paterno			<i>Bonding</i> Materno			<i>Bonding</i> Paterno			
		Controlo	Afecto	Total	Controlo	Afecto	Total	Controlo	Afecto	Total	Controlo	Afecto	Total	
MULHERES	<i>Bonding</i> Materno	Controlo			.36*									
		Afecto				.17		-.38*						
		Total	.40**	.75***	-	-	-	.34*						
	<i>Bonding</i> Paterno	Controlo	-	-	-									
		Afecto	-	-	-				.37*					
		Total	-	-	-	.67***	.71***	-	-	-	-			
HOMENS	<i>Bonding</i> Materno	Controlo	-	-	-	-	-	-			.35*	-	-	
		Afecto	-	-	-	-	-	-			-	.36*	-	
		Total	-	-	-	-	-	-	.67***	.59***	-	-	-	.47**
	<i>Bonding</i> Paterno	Controlo	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
		Afecto	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
		Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	.50**	.76***	-

Nota. Para analisar as subescalas e total preenchidas pelos homens para o *Bonding* paterno foi utilizado o teste de Spearman, para as restantes recorremos ao teste de Pearson; \*  $p < .05$ , \*\*  $p < .01$ , \*\*\*  $p < .001$

Tal como em Parker et al. (1979), considerámos quatro estilos de *bonding* parental: Controlo sem afecto (afecto baixo – controlo alto); *Bonding* óptimo (baixo afecto – baixo

controlo), *Bonding* fraco ou ausente (baixo controlo – baixo afecto) e Afecto com controlo (alto afecto – alto controlo). Altos níveis de afecto e de controlo referem-se a valores que estão acima da mediana e baixos valores estão abaixo da mediana. Assim, foram constituídos quatro grupos (estilos de *bonding* parental) com base nos pontos de corte referidos. No Quadro 4, é possível observar as médias e os desvios-padrão obtidos nas dimensões controlo e afecto em função dos 4 tipos de *bonding* (maternos e paternos), percebidos pelas mulheres e pelos homens.

QUADRO 4  
Médias e Desvios-Padrão obtidos nas Dimensões Controlo e Afecto em função dos quatro tipos de *bonding* materno e paterno, percebido pelos homens e pelas mulheres

	N	Afecto		Controlo	
		M	DP	M	DP
<b>Mulheres</b>					
Estilos de <i>bonding</i> materno					
Afecto com controlo	8	29.75	2.66	18.50	3.78
Controlo sem afecto	12	17.17	7.11	20.00	4.11
<i>Bonding</i> óptimo	12	32.5	2.32	12.00	3.07
<i>Bonding</i> fraco ou ausente	8	20.75	4.98	8.25	3.54
Estilos de <i>bonding</i> paterno					
Afecto com controlo	7	28.86	2.54	18.29	2.50
Controlo sem afecto	9	20.56	5.20	20.67	3.87
<i>Bonding</i> óptimo	9	31.00	3.16	9.78	3.31
<i>Bonding</i> fraco ou ausente	11	19.09	4.48	8.64	3.50
<b>Homens</b>					
Estilos de <i>bonding</i> materno					
Afecto com controlo	7	32.14	1.95	18.57	3.46
Controlo sem afecto	7	22.71	3.55	17.29	3.77
<i>Bonding</i> óptimo	10	34.00	2.21	8.70	3.27
<i>Bonding</i> fraco ou ausente	10	26.70	1.57	9.40	2.32
Estilos de <i>bonding</i> paterno					
Afecto com controlo	8	30.00	3.12	15.13	15.13
Controlo sem afecto	6	16.67	9.11	20.50	8.36
<i>Bonding</i> óptimo	8	31.38	3.62	7.13	2.23
<i>Bonding</i> fraco ou ausente	10	18.40	6.28	7.90	2.28

A análise dos resultados médios obtidos pelo sexo feminino permite-nos verificar que, as médias mais altas correspondem à dimensão afecto nas mulheres que percebem um *bonding* materno óptimo, bem como nas mulheres que atribuem um *bonding* óptimo aos seus pais. As médias mais baixas obtidas pelas mulheres verificaram-se na dimensão controlo, em indivíduos que recordam um *bonding* fraco ou ausente paterno e em mulheres que também atribuíram um *bonding* fraco ou ausente, desta vez às suas mães. Nos homens, os resultados

médios mais elevados foram obtidos na dimensão afecto e as médias mais baixas na dimensão controlo, em indivíduos que atribuíram um *bonding* óptimo às suas mães e em indivíduos que perceberam *bondings* óptimos relativamente aos seus pais (ver o Quadro 4).

Com o objectivo de estudar a consistência interna dos dados obtidos com base no PBI, foram calculados os coeficientes *alpha* de Cronbach (Cronbach, 1951) para as dimensões afecto e controlo (ver Quadro 5). Os resultados obtidos indicam um grau aceitável de consistência interna.

QUADRO 5  
Consistência interna dos dados  
obtidos nas dimensões do PBI

DIMENSÕES		$\alpha$	N
<b>Bonding Materno</b>			
Mãe	Afecto	.91	41
	Controlo	.77	40
	Total	.73	
<b>Bonding Paterno</b>			
	Afecto	.83	37
	Controlo	.77	37
	Total	.75	
<b>Bonding Materno</b>			
Pai	Afecto	.81	34
	Controlo	.77	35
	Total	.68	
<b>Bonding Paterno</b>			
	Afecto	.94	32
	Controlo	.82	33
	Total	.79	

### 1.3. Escala Pictográfica de Percepção de Competência e de Aceitação Social

No Quadro 6, é possível observar as médias e os desvios-padrão para cada uma das subescalas, escalas e para a escala total. As médias relativas à amostra total oscilam entre 3.12 (subescala de Aceitação materna) e 3.29 (subescala de Aceitação dos pares). Uma vez que a amostra inclui crianças com 8 anos ( $N=6$ ), e a escala destina-se a crianças entre os 6 e 7 anos de idade, analisámos separadamente as médias das crianças dessa idade e verificámos que os resultados são igualmente elevados, com um mínimo de 3 (subescala de Aceitação dos pares) e um máximo de 3.15 (subescala de Competência cognitiva). Para a totalidade da amostra, o desvio-padrão oscila entre .45 (subescala de Competência física) e .59 (subescala de Aceitação dos pares).

QUADRO 6  
Médias e Desvios-Padrão obtidos na Escala Pictográfica de Percepção de Competência e de Aceitação Social

SUBESCALAS	Nº de itens	7 e 6 anos		8 anos		Total	
		M	DP	M	DP	M	DP
Competência cognitiva	8	3.32	.47	3.15	.50	3.29	.47
Competência física	9	3.26	.45	3.04	.45	3.23	.45
Aceitação dos pares	8	3.34	.59	3.00	.57	3.29	.59
Aceitação materna	10	3.13	.50	3.03	.40	3.12	.49
Competência	17	3.28	.39	3.10	.39	3.26	.39
Aceitação	18	3.24	.47	3.02	.46	3.20	.47
Total	35	3.26	.38	3.06	.42	3.23	.39

*Nota. Crianças com 8 anos N=6; Crianças com 7 e 8 anos N=36; Total N=42*

Foram igualmente estudadas as médias e os desvios-padrão obtidos em função do sexo da criança (ver Quadro 7). As raparigas apresentam uma média mais elevada na subescala Competência Cognitiva e mais baixa na subescala Aceitação dos Pares que, por sua vez, tem um resultado médio muito próximo das restantes subescalas (Competência Física e Aceitação Materna). O desvio-padrão varia entre .42 para a subescala Aceitação materna e .54 para a subescala Competência Física. Para os rapazes, as médias oscilam entre 3.13 (subescala Aceitação Materna) e 3.46 (subescala Aceitação dos Pares). Quanto ao desvio-padrão, para os rapazes, os extremos situam-se na subescala Competência Física ( $DP = .34$ ) e na subescala Aceitação do Pares ( $DP = .58$ ).

QUADRO 7  
Médias e Desvios-Padrão obtidos na Escala Pictográfica de Percepção de Competência e de Aceitação Social  
de acordo com o sexo

SUBESCALAS	Nº de itens	Sexo Feminino		Sexo Masculino	
		M	DP	M	DP
Competência cognitiva	8	3.16	0.47	3.40	0.46
Competência física	9	3.10	0.54	3.33	0.34
Aceitação dos pares	8	3.09	0.55	3.46	0.58
Aceitação materna	10	3.10	0.42	3.13	0.54
Competência	17	3.13	0.42	3.36	0.34
Aceitação	18	3.10	0.41	3.29	0.50
Total	35	3.11	0.36	3.33	0.40

*Nota. Crianças do sexo feminino N=19; Crianças do sexo masculino N=23*

No Quadro 8, é possível analisar os coeficientes *alpha de Cronbach* por subescala, escala e para o total da escala. Os resultados obtidos revelam um grau aceitável de consistência interna.

QUADRO 8  
Consistência interna dos dados obtidos nas subescalas da Escala Pictográfica de Percepção de Competência e de Aceitação Social

SUBESCALAS/DOMÍNIOS	$\alpha$
Competência cognitiva	.84
Competência física	.64
Aceitação dos pares	.86
Aceitação materna	.77
Competência	.88
Aceitação	.86
Total	.90

Nota. N=42

Tal como em outros estudos (Harter & Pike, 1984; Leal, 1996; Mata, Monteiro & Peixoto, 2008), também a dimensão Competência física surge como tendo menor consistência interna.

#### 1.4. PCV-M e PCV-P

Os índices de tendência central e de dispersão para as subescalas e total da PCV-M estão indicados no Quadro 9. Foram retirados da amostra 3 mães e 5 pais por apresentarem resultados elevados (superiores a 28) na subescala de desejabilidade social.

QUADRO 9  
Médias e Desvios-Padrão obtidos nas Subescalas e Total da PCV-M para a mãe e para o pai

SUBESCALAS	Nº de itens	MÃE		PAI		TOTAL	
		<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>
Dificuldade de auto-regulação emocional	12	21.34	7.72	22.54	7.50	20.96	6.56
Comportamento de base segura	7	31.00	3.28	30.55	3.38	30.84	2.91
Partilha de afecto	7	30.69	9.77	28.43	4.95	28.93	4.15
Desejabilidade social	7	18.21	4.37	19.38	3.76	19.30	2.96
Total	33	130.39	13.40	128.07	14.32	130.91	12.69

Nota. N mães=33; N Pais=27

No Quadro 10 encontram-se as médias e os desvios-padrão obtidos no PCV-P.

QUADRO 10  
Médias e Desvios-Padrão obtidos nas  
Subescalas e Total da PCV-P

SUBESCALAS/DOMÍNIOS	Nº de itens	M	DP
Auto-regulação emocional	12	50.00	7.38
Comportamento de base segura	16	67.51	9.20
Total	28	117.51	14.62

Nota. N=43

Na análise dos coeficientes *alpha de Cronbach* para o total das escalas e subescalas da PCV-M (ver Quadro 11), salientam-se os resultados baixos obtidos na subescala Partilha de Afecto e no total da escala para a amostra das mães. Todos os restantes índices de fidelidade são considerados aceitáveis.

QUADRO 11  
Consistência interna dos dados  
obtidos na PCV-M

SUBESCALAS/DOMÍNIOS	$\alpha$	
	Pai	Mãe
Dificuldade de auto-regulação emocional	.85	.79
Comportamento de base segura	.72	.67
Partilha de afecto	.78	.28
Total	.88	.45

Nota. N mães=33; N Pais=27

A consistência interna dos dados obtidos na escala PCV-P foi analisada através do coeficiente *alpha de Cronbach*, que permitiu constatar que os índices de fidelidade são aceitáveis (ver Quadro 12).

QUADRO 12  
Consistência interna dos dados obtidos na PCV-P

SUBESCALAS/DOMÍNIOS	$\alpha$
Dificuldade de auto-regulação emocional	.80
Comportamento de base segura	.86
Total	.89

Nota. N=43

## 2. Análise estatística inferencial

### 2.1. Stress Parental e Bonding Parental

Os homens que perceberam tipos de *bonding* paterno ótimos, apresentaram resultados mais baixos de *stress* relativamente às características dos seus filhos e dos seus atributos parentais do que os pais que recordam tipos de *bonding* paterno desadequados (para os valores totais de *stress* parental  $U = 26$ ,  $p = .04$ ; para o valores de *stress* no Domínio da Criança  $U = 42.5$ ,  $p = .03$ ; para os valores de *stress* no Domínio dos Pais  $U = 31$ ,  $p = .007$ ). Não foram identificadas diferenças estatisticamente significativas para o *Stress* de Vida (ver Quadro 13).

QUADRO 13.

Média e desvio-padrão do *stress* parental no Domínio da Criança, Domínio Parental e Total, para os dois tipos de *bonding* paterno (ótimo vs. desadequado) percebido pelos homens

BONDING PATERNO	N	DOMÍNIO CRIANÇA		DOMÍNIO PARENTAL		STRESS DE VIDA		TOTAL	
		M	DP	M	DP	M	DP	M	DP
Bonding ótimo	8	73.75	10.29	82.38	19.05	15.50	15.31	156.13	23.06
Bonding desadequado	22	85.50	19.11	106.50	20.23	11.27	7.23	194.09	29.66

Nota. Estatisticamente não significativo, *Stress de Vida* ( $U = 82$ ,  $p = .78$ ).

As mulheres que perceberam tipos de *bonding* materno ótimos, apresentaram resultados mais baixos de *stress* global total, do que as mulheres que recordaram tipos de *bonding* materno desadequados ( $U = 80.5$ ,  $p = 0.048$ ) (ver Quadro 14).

QUADRO 14.

Média e desvio-padrão do *stress* parental no Domínio da Criança, Domínio Parental e Total, para os dois tipos de *bonding* materno (ótimo vs desadequado) percebido pelas mulheres

BONDING MATERNO	N	DOMÍNIO CRIANÇA		DOMÍNIO PARENTAL		STRESS DE VIDA		TOTAL	
		M	DP	M	DP	M	DP	M	DP
Bonding ótimo	10	84.6	13.78	91.5	36.26	10.00	8.25	184.1	32.22
Bonding desadequado	28	92.39	16.45	113.25	20.63	13.71	12.77	205.64	32.77

Nota Estatisticamente significativo, total ( $U = 80.5$ ,  $p = .048$ ); Estatisticamente não significativo, domínio criança ( $U = 104$ ,  $p = .232$ ), domínio parental ( $U = 84.5$ ,  $p = .066$ ), stress de vida ( $U = 119.5$ ,  $p = .496$ );

Relativamente à percepção dos homens sobre os estilos parentais das suas mães (*bonding* materno), não encontramos diferenças estatisticamente significativas nas médias de

*stress* parental (domínio da criança, domínio parental, *stress* de vida e total) entre os pais que percebem um *bonding* ótimo e os pais que percebem um *bonding* inadequado (ver Quadro 15).

QUADRO 15.

Média e desvio-padrão do *stress* parental no Domínio da Criança, Domínio Parental e Total, para os dois tipos de *bonding* materno (ótimo vs. inadequado) percebido pelos homens

<i>BONDING</i> MATERNO	N	DOMÍNIO CRIANÇA		DOMÍNIO PARENTAL		STRESS DE VIDA		TOTAL	
		M	DP	M	DP	M	DP	M	DP
<i>Bonding</i> ótimo	10	81.4	21.02	92	16.91	12.60	9.05	173.4	30.14
<i>Bonding</i> inadequado	21	86.38	20.11	106.19	23.9	12.48	10.15	194.76	35.78

Nota. Estatisticamente não significativo, domínio criança ( $U = 76.5, p = .228$ ), domínio parental ( $U = 64, p = .083$ ), *stress* de vida ( $U = 102.5, p = .916$ ), total ( $U = 65.5, p = .095$ )

As médias de *stress* parental não diferiram significativamente entre as mulheres que atribuíram um *bonding* ótimo ao seu pai e as mulheres que indicaram um *bonding* inadequado do seu pai (ver Quadro 16).

QUADRO 16.

Média e desvio-padrão do *stress* parental no Domínio da Criança, Domínio Parental e Total, para os dois tipos de *bonding* paterno (ótimo vs. inadequado) percebido pelas mulheres

<i>BONDING</i> PATERNO	N	DOMÍNIO CRIANÇA		DOMÍNIO PARENTAL		STRESS DE VIDA		TOTAL	
		M	DP	M	DP	M	DP	M	DP
<i>Bonding</i> ótimo	8	88.88	14.97	96.25	45.07	12.31	12.27	195.13	39.87
<i>Bonding</i> inadequado	26	90.77	17.33	107.81	19.54	14.13	13.30	198.58	33.71

Nota. Estatisticamente não significativo, domínio criança ( $U = 104, p = 1$ ), domínio parental ( $U = 87.5, p = .503$ ); *stress* de vida ( $U = 99, p = .839$ ) total ( $U = 91, p = .597$ ).

Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas nas médias de *stress* de vida (factores de *stress* situacionais) relativamente ao tipo de *bonding* (*bonding* ótimo vs. inadequado): percebido pelos homens relativamente ao *bonding* paterno ( $U = 82, p = .777$ ); percebido pelos homens relativamente ao *bonding* materno ( $U = 102.5, p = .916$ ); percebido pelas mulheres relativamente ao *bonding* materno ( $U = 119.5, p = .496$ ); e percebido pelas mulheres relativamente ao *bonding* paterno ( $U = 99, p = .839$ ).

Assim, apenas foram encontrados resultados estatisticamente significativos entre os níveis globais de *stress* e o tipo de *bonding* correspondente ao sexo dos pais, ou seja, para a mãe o *bonding* materno e para o pai o *bonding* paterno.

A percepção dos homens sobre o tipo de *bonding* paterno teve um efeito estatisticamente significativo sobre a percepção de *stress* parental causado pelas características parentais ( $\chi^2_{KW} = 7.882, p = .049, N=30$ ) (ver Quadro 17).

QUADRO 17.

Média e desvio-padrão do *stress* parental no Domínio da Criança, Domínio Parental, *Stress* de vida e Total, para os quatro tipos de *bonding* paterno percebido pelos homens

TIPO DE <i>BONDING</i> PATERNO	N	DOMÍNIO CRIANÇA		DOMÍNIO PARENTAL		STRESS VIDA		TOTAL	
		M	DP	M	DP	M	DP	M	DP
<i>Bonding</i> fraco ou ausente	10	79.50	23.84	102.10	13.98	11.20	8.15	186.20	24.49
Afecto com controlo	6	89.50	10.37	105.33	21.57	10.17	4.07	194.83	28.28
<i>Bonding</i> Óptimo	8	73.75	10.29	82.38	19.05	15.50	1	156.13	23.06
Controlo sem afecto	6	91.50	16.38	115.00	27.83	12.50	8.94	206.50	38.81

Nota. Estatisticamente significativo: domínio parental ( $\chi^2_{KW}(3) = 7.882, p = .049, N = 30$ ); total ( $\chi^2_{KW}(3) = 9.569, p = .023, N = 30$ ).

De acordo com a comparação múltipla das ordens, o estilo de *bonding* óptimo apresenta uma distribuição de *stress* parental causado pelas características parentais significativamente diferente dos estilos de *bonding* fraco ou ausente ( $p = .043$ ), controlo sem afecto ( $p = .011$ ) e afecto com controlo ( $p = .029$ ). A percepção dos homens sobre o tipo de *bonding* paterno teve também um efeito estatisticamente significativo sobre a percepção de *stress* parental global ( $\chi^2_{KW} = 9.569, p = .023, N = 30$ ) (ver Quadro 17). De acordo com a comparação múltipla das ordens, o estilo de *bonding* parental óptimo apresenta uma distribuição de *stress* parental total significativamente diferente dos estilos de *bonding* fraco ou ausente ( $p = .027$ ), controlo sem afecto ( $p = .004$ ) e afecto com controlo ( $p = .015$ ). Ao contrário do verificado no teste não paramétrico de Mann-Whitney, a percepção dos homens sobre o tipo de *bonding* paterno não teve um efeito estatisticamente significativo sobre a percepção do pai de *stress* parental causado pelas características da criança, segundo os resultados obtidos pelo teste não-paramétrico de Kruskal-Wallis ( $\chi^2_{KW}(3) = 6.450, p = .092, N = 30$ ). No entanto, a comparação múltipla das ordens, permite verificar que o estilo de *bonding* parental óptimo apresenta uma distribuição de *stress* parental causado pelas características da criança, significativamente diferente dos estilos de *bonding* controlo sem afecto ( $p = .027$ ) e afecto com controlo ( $p = .035$ ). Não foram encontrados diferenças estatisticamente significativas entre o estilo de *bonding* óptimo e o *bonding* fraco ou ausente ( $p = .207$ ).

A percepção da mãe sobre o tipo de *bonding* materno não teve um efeito estatisticamente significativo sobre a percepção de *stress* parental total da mãe ( $\chi^2_{KW}(3) =$

7.773,  $p = .051$ ,  $N = 38$ ) (ver Quadro 18). De acordo com a percepção das mulheres, não foram encontrados efeitos do tipo de *bonding* materno sobre o *stress* parental causado pelas características da criança ( $\chi^2_{KW}(3) = 3.848$ ,  $p = .278$ ,  $N = 38$ ), o *stress* parental causado pelas características dos pais ( $\chi^2_{KW}(3) = 6.124$ ,  $p = .106$ ,  $N = 38$ ), nem sobre o *stress* situacional, avaliado com base na subescala *stress* de vida ( $\chi^2_{KW}(3) = 3.201$ ,  $p = .362$ ,  $N = 38$ ).

QUADRO 18.

Média e desvio-padrão do *stress* parental no Domínio da Criança, Domínio Parental, *Stress* de vida e Total, para os quatro tipos de *bonding* materno percebido pelas mulheres

TIPO DE <i>BONDING</i> PATERNO	N	DOMÍNIO CRIANÇA		DOMÍNIO PARENTAL		STRESS VIDA		TOTAL	
		M	DP	M	DP	M	DP	M	DP
<i>Bonding</i> fraco ou ausente	8	95.5	15.36	120.88	19.28	6.75	4.23	216.38	30.22
Afecto com controlo	8	84.13	10.71	102.63	15.17	15.75	14.03	186.75	22,85
<i>Bonding</i> Óptimo	10	84.60	13.78	91.50	36.26	10.00	8.25	184.10	32.22
Controlo sem afecto	12	95.83	19.27	115.25	23.09	17.00	14.61	222.08	36.70

Nota. Estatisticamente significativo: total ( $\chi^2_{KW}(3) = 7.773$ ,  $p = .051$ ,  $N = 38$ ).

Tal como no teste não-paramétrico de Mann-Whitney, não foram encontrados efeitos da percepção do pai sobre o tipo de *bonding* materno, sobre o *stress* causado pelas características da criança ( $\chi^2_{KW}(3) = 2.509$ ,  $p = .474$ ,  $N = 31$ ), características parentais ( $\chi^2_{KW}(3) = 4.772$ ,  $p = .189$ ,  $N = 31$ ), variáveis situacionais ( $\chi^2_{KW}(3) = 4.772$ ,  $p = .189$ ,  $N = 31$ ) e o *stress* total ( $\chi^2_{KW}(3) = 0.052$ ,  $p = .997$ ,  $N = 31$ ). Do mesmo modo, não foram encontrados efeitos da percepção da mãe sobre o tipo de *bonding* paterno, sobre o *stress* causado pelas características da criança ( $\chi^2_{KW}(3) = 3.61$ ,  $p = .307$ ,  $N = 34$ ), o *stress* causado pelas características parentais ( $\chi^2_{KW}(3) = 3,625$ ,  $p = .305$ ,  $N = 34$ ), o *stress* situacional ( $\chi^2_{KW}(3) = 0.825$ ,  $p = .843$ ,  $N = 34$ ) e o *stress* total ( $\chi^2_{KW}(3) = .825$ ,  $p = .843$ ,  $N = 34$ ).

## 2.2. *Stress* Parental e *Bonding* Parental vs Competência e Aceitação Social

A intenção inicial da autora, era a de emparelhar as duas variáveis (*bonding* parental e *stress* parental), para analisar a sua associação à auto-estima da criança, mas tal não foi possível dada a dimensão muito reduzida dos grupos (*stress* alto e *bonding* desadequado vs *stress* baixo e *bonding* óptimo). Para contornar esta questão, analisámos a associação entre a percepção de competência e de aceitação social da criança (percursora da auto-estima) e o *bonding* parental, bem como a sua relação com o *stress* parental. Verificámos que os filhos de

homens que percebem tipos de *bonding* paternos ótimos, em comparação com as crianças cujos pais indicam *bonding* desadequados, tendem a apresentar resultados significativamente mais elevados nos seguintes índices precursores da auto-estima: aceitação materna ( $U = 31.5, p = .006, N = 31$ ), competência cognitiva ( $U = 49, p = .051, N = 31$ ), domínio de aceitação ( $U = 47.5, p = .04, N = 31$ ), domínio de competência ( $U = 46, p = .038, N = 31$ ) e no total da escala ( $U = 41, p = .021, N = 31$ ). Mais nenhum outro resultado foi identificado como estatisticamente significativo.

Quanto ao *stress* parental, identificamos dois grupos de pais: o grupo 1 - com níveis baixos de *stress*, e o grupo 2 - com níveis altos de *stress*. À média somamos e subtraímos o desvio-padrão para obter os valores mais extremados. Verificamos que as crianças filhas de pais que percebem níveis elevados de *stress* relativamente às características dos seus filhos, tendem a perceber-se como menos competentes (Domínio de Competência; mãe:  $U = 3, p = .010, N = 13$ ; pai:  $U = 0, p = .021, N = 8$ ), em particular no nível cognitivo (Subescala Competências Cognitivas; mãe:  $U = 0, p = .002, N = 13$ ; pai:  $U = 1, p = .037, N = 8$ ) e apresentaram resultados mais baixos de competência e aceitação social (Total da Escala Pictográfica; mãe:  $U = 7, p = .046, N = 13$ ) do que as crianças filhas de pais que percebem níveis baixos de *stress* no domínio da criança. Mais nenhum resultado estatisticamente significativo foi encontrado entre o *stress* no domínio da criança e o precursor da auto-estima. As crianças cujos pais (homens) identificaram níveis elevados de *stress* associado às suas características parentais, apresentaram resultados mais baixos de aceitação parental ( $U = 0, p = .006, N = 11$ ), de aceitação total ( $U = 3, p = .028, N = 11$ ), de competência total ( $U = 4, p = .045, N = 11$ ) e no total da escala ( $U = 2, p = .018, N = 11$ ). Nenhum resultado estatisticamente significativo foi encontrado para as mulheres, entre o *stress* atribuído ao domínio dos pais e a auto-estima da criança. No entanto, apenas para as mulheres foi encontrada uma associação entre os resultados na subescala de vinculação do PSI e a percepção de competência e aceitação na criança. Os filhos das mulheres que perceberam níveis elevados de *stress* na subescala de vinculação, apresentaram resultados mais baixos de percepção de competência cognitiva ( $U = 17, p = .021, N = 19$ ), competência global ( $U = 15.5, p = .016, N = 19$ ) e no total da escala Pictográfica ( $U = 23, p = .072, N = 19$ ).

Finalmente, para os níveis globais de *stress* (total da escala PSI), verificamos que os filhos de mulheres que identificam níveis elevados de *stress* tendem a apresentar resultados mais baixos de competência ( $U = 5, p = .045, N = 13$ ), e os filhos dos homens apresentam

resultados mais baixos na subescala de Aceitação parental ( $U = 3, p = .025, N = 12$ ) e no total da escala Pictográfica ( $U = 4, p = .042, N = 12$ ).

### **2.3. Stress Parental e Bonding Parental vs comportamento de vinculação**

Também para esta análise, a intenção da autora era a de criar grupos (*stress* alto e *bonding* desadequado vs *stress* baixo e *bonding* óptimo), para estudar a possível associação entre as variáveis *stress* parental e *bonding* parental, e a percepção de comportamentos de vinculação, mas tal não foi possível dada a dimensão muito reduzida dos grupos. Assim sendo, estudou a possível associação entre variáveis separadamente: a percepção de *stress* parental e a percepção de comportamentos de vinculação, por um lado, e a percepção de *bonding* parental e a percepção de comportamentos de vinculação, por outro.

Foram identificados resultados elevados ( $\geq 28$ ) na subescala de desejabilidade social em 3 mulheres e 5 homens, pelo que foi necessário retirá-los da amostra. Verificámos que os homens que percebem tipos de *bonding* paternos óptimos, tendem a perceber uma maior capacidade de auto-regulação emocional nos seus filhos, do que pais que identificam *bondings* paternos desadequados ( $U = 5.5, p = .007, N = 25$ ). Apesar de termos obtido estes resultados na subescala de auto-regulação emocional do PCV-M, não foram obtidos resultados estatisticamente significativos para o total da escala ( $U = 9.5, p = .055, N = 24$ ), nem para as restantes subescalas: comportamento de base segura ( $U = 37.5, p = .325, N = 26$ ) e partilha de afecto ( $U = 40, p = .882, N = 25$ ).

Não foram encontrados resultados estatisticamente significativos entre as mulheres que percebem tipos de *bonding* maternos óptimos e as mulheres que indicam *bondings* maternos desadequados, relativamente à forma como percebem os comportamentos de vinculação dos seus filhos através da subescala de Dificuldades de auto-regulação emocional ( $U = 66, p = .191, N = 32$ ) e da subescala de Comportamento de base segura ( $U = 91.5, p = .219, N = 37$ ). Os resultados na subescala Partilha de Afecto e no total da escala PCV-M, para as mulheres, não foram utilizados na análise, dada a baixa consistência interna dos dados.

Verificámos que as mães que identificaram níveis elevados de *stress* associados às características parentais ( $U = 3, p = .045, N = 10$ ) e de *stress* total ( $U = 0, p = .014, N = 11$ ), tendem a classificar os seus filhos com resultados mais elevados na subescala de Dificuldades de auto-regulação emocional da PCV-M, do que as mães com resultados baixos de *stress*. Os homens que percebem níveis elevados de *stress* total, tendem a classificar os seus filhos

com resultados mais elevados na subescala de Dificuldades de auto-regulação emocional ( $U = 0, p = .040, N = 9$ ) e no total da escala PCV-M ( $U = 0, p = .040, N = 9$ ), do que os pais com resultados baixos de *stress* total.

Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os diferentes estilos de *bonding* (ótimo vs desadequado), no que diz respeito aos resultados na subescala de vinculação do PSI: percepção da mãe acerca do *bonding* materno ( $U = 88.5, p = 0.085$ ) e do *bonding* paterno ( $U = 98.5, p = 0.822$ ); e a percepção do pai acerca do *bonding* paterno ( $U = 62.5, p = 0.227$ ) e materno ( $U = 74, p = 0.186$ ).

Para analisar se a percepção dos pais está associada à percepção das mães relativamente aos comportamentos de vinculação dos seus filhos, recorreremos ao coeficiente de correlação de *Spearman* e verificámos que a correlação é positiva e estatisticamente significativa para todas as subescalas e para o total do PCV-M (ver Quadro 19).

QUADRO 19.  
Matriz de Correlação de Spearman entre as subescalas e total da PCV-M da mãe e do pai

	Dificuldade auto-regulação emocional	Comportamento base segura	Partilha de afecto	Total
<b>Pai</b>				
<b>Mãe</b>				
Dificuldade Auto-regulação emocional	.48*			
Comportamento de base segura		.58**		
Partilha de afecto			.60**	
Total				.63*

\*  $p < .05$ , \*\*  $p < .01$

Recorrendo ao mesmo teste, verificámos que a correlação entre os resultados obtidos na PCV-M e na PCV-P não é estatisticamente significativa, para nenhuma das subescalas ou para o total.

#### IV – DISCUSSÃO

No presente estudo, analisámos a relação entre a percepção do adulto sobre os estilos de *bonding* dos seus pais (a contribuição dos pais para a relação de vinculação) e o *stress* parental na relação com o seu filho. Desta forma, procuramos estudar a ligação entre a percepção da vivência passada de mulheres e de homens com os seus pais e a forma como

lidam com o *stress* parental, como percebem os comportamentos de vinculação dos seus filhos e o seu investimento parental (medido através da subescala de vinculação do PSI). A autora recorreu ao PBI, amplamente utilizado em contexto clínico, que remete para a memória do *bonding* parental dos pais até ao período da adolescência. Parker et al. (1979) verificaram que as mães tendem a ser vistas como mais afectuosas e também mais protectoras/controladoras que os pais e que este resultado não depende do sexo de quem responde ao questionário. No presente estudo, encontramos apenas um efeito moderado para o afecto no homem, ou seja, os homens tendem a ver as suas mães como mais afectuosas/cuidadoras do que os seus pais.

O papel parental é *stressante*, e segundo Willinger et al. (2005), a forma como os pais lidam com os factores de *stress* associados ao seu papel de pai ou de mãe depende do tipo de *bonding* dos seus próprios pais. Ou seja, a percepção de um *bonding* óptimo, caracterizado pela presença de afecto, empatia, proximidade e incentivo à independência e autonomia (Parker et al, 1975), contribui para uma percepção de níveis inferiores de *stress* parental relativamente às características da criança e às características parentais, em comparação com pais que percebem tipos de *bonding* parental desadequados (Willinger et al., 2005). Os resultados obtidos neste estudo só correspondem parcialmente aos resultados encontrados por Willinger et al. (2005). Numa amostra exclusivamente de mulheres, Willinger et al. (2005) encontraram diferenças estatisticamente significativas entre os tipos de *bonding* maternos e paternos no que diz respeito aos níveis de *stress* no Domínio da Criança e no Domínio dos Pais. Os níveis mais baixos de *stress* foram obtidos pelas mães que identificaram *bondings* óptimos. No presente estudo, para além da participação das mães, considerou-se relevante a contribuição dos pais. Para a amostra de mulheres, não foram identificadas diferenças estatisticamente significativas entre os quatro tipos de *bonding* relativamente aos níveis de *stress* parental. Contudo, foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre o tipo de *bonding* óptimo e o tipo de *bonding* desadequados materno, ou seja, as mulheres que perceberam *bondings* maternos óptimos apresentaram resultados mais baixos de *stress* global, do que as mulheres que recordavam *bondings* maternos desadequados. Para o *bonding* materno (óptimo vs desadequado) não foram obtidos resultados estatisticamente significativos para o *stress* no Domínio da Criança e para o *stress* no Domínio dos Pais, ao contrário do verificado por Willinger et al. (2005). Na amostra de mulheres, não foram encontrados resultados estatisticamente significativos para o *bonding* paterno, o que mais uma vez não vai ao encontro dos dados obtidos por Willinger et al. (2005). Nos homens, os resultados foram

mais expressivos. Foram identificadas diferenças estatisticamente significativas para os quatro tipos de *bonding* paternos, relativamente aos resultados de *stress* obtidos no Domínio dos Pais. Não foram encontrados resultados estatisticamente significativos para os *bondings* maternos. Os resultados mais baixos de percepção de *stress* no Domínio dos Pais foram identificados em pais que atribuíram *bondings* paternos óptimos, em comparação com os pais que perceberam os restantes três tipos de *bonding* nos seus próprios pais. Os resultados obtidos permitem confirmar parcialmente a primeira hipótese. A percepção do tipo de *bonding* que os homens e mulheres recordam dos seus pais, está relacionado com a forma como percebem o *stress* na sua relação actual com os seus filhos: nas mulheres, para os níveis globais de *stress*, e nos homens para o *stress* no Domínio Parental, Domínio da Criança e valores globais. O *bonding* parental representa a contribuição dos pais para a relação de vinculação. O cuidado e o baixo controlo, constituem um *bonding* parental óptimo (Parker et al., 1979), necessário para criar experiências repetidas de alívio de *stress* e consequentemente, expectativas positivas de que os pais estão disponíveis de forma regular e consistente, e que simultaneamente, incentivam à exploração para além da relação com os pais. As experiências iniciais de vinculação dão origem a modelos de trabalho internos, que influenciam a capacidade para lidar com o *stress* na infância (Bowlby, 1980), bem como na idade adulta, tal como Willinger et al. (2005) constataram, e os resultados obtidos no presente estudo parecem demonstrar.

A relação entre o tipo de *bonding* e o *stress* parental só se verificou para as figuras parentais do mesmo sexo, ou seja, na mãe para o *bonding* materno (na relação com a sua mãe) e no pai para o *bonding* paterno (na relação com o seu pai). Ou seja, as mulheres que percebiam tipos de *bonding* desadequados (controlo sem afecto, afecto com controlo, *bonding* fraco ou inexistente) relativamente às suas mães apresentavam níveis totais de *stress* parental mais elevados, do que as mulheres com tipos de *bonding* óptimos. Os homens que recordavam *bonding* desadequados em relação aos seus pais apresentavam níveis mais elevados de percepção de *stress* causados pelas características da criança, atributos parentais e resultados totais de *stress*, em comparação com os homens que recordam tipos de *bonding* óptimos. Willinger et al. (2005) não encontraram esta correspondência entre o sexo da pessoa que respondeu aos questionários e o sexo da figura parental. Na verdade, na sua amostra de mulheres, obteve resultados estatisticamente significativos entre a percepção do tipo de *bonding* materno e paterno e os níveis de *stress* parental. A memória do tipo de *bonding* das figuras de vinculação do mesmo sexo, está relacionada com a forma como os homens e as

mulheres percebem o *stress* parental na relação com os seus filhos. Os homens e as mulheres observam o papel de pai ou de mãe enquanto filhos e, posteriormente, enquanto pais. Os resultados obtidos poderão ser explicados pelo facto de existir uma identificação com a figura parental do mesmo sexo no desempenho da função de mãe e de pai.

Apesar de termos analisado a relação entre os tipos de *bonding* parental e o *stress* parental relativamente aos três factores indicados por Abidin (1995) – características da criança, características dos pais e factores situacionais - apenas encontramos resultados estatisticamente significativos entre os estilos de *bonding* e o *stress* causado pelas características da criança e pelas características parentais, e exclusivamente nos homens. Nas mulheres, verificaram-se resultados estatisticamente significativos apenas entre os estilos de *bonding* e os valores totais de *stress*. Tal como Willinger et al. (2005), não encontramos resultados estatisticamente significativos na relação entre os estilos parentais e o *stress* parental causado por variáveis situacionais (desemprego, falecimento de familiares, mudança de casa, etc.), o que poderá estar relacionado com o facto das variáveis situacionais não estarem tão intimamente associadas à representação da parentalidade, como estão as características da criança e os atributos dos pais. Na verdade, a subescala de Stress de vida fornece uma noção da quantidade de *stress* externo à relação pais-criança, que a figura de vinculação está a viver (Adamakos, Ryan & Ullman, 1996).

A avaliação precoce da percepção da criança em domínios de competência e de aceitação (precursores da auto-estima), ou seja, antes dos 8 anos, poderá permitir “tomar o pulso” do que virá a ser a auto-estima futura. A criança em idade pré-escolar e escolar desenvolveu, com base na experiência de interações com as figuras de vinculação, um modelo de trabalho interno de *self* que inclui dados de valor próprio e da capacidade de se ser amado (Cassidy, 1990). Interiorizou expectativas em relação à consistência, sensibilidade e frequência da resposta dos pais, que estão intimamente associadas a crenças sobre se é merecedora de amor e atenção (Ainsworth et al., 1978). Como Cassidy (1988) evidenciou no seu estudo empírico, as crianças com vinculações seguras sentem-se valorizadas e aceites, logo lidam mais facilmente com situações *stressantes*, aceitam as suas falhas e têm a confiança para explorar os seus pontos positivos e negativos e as novas relações. No presente estudo, foi analisada a percepção de competência e aceitação social de crianças, que na sua maioria, tinham menos de 8 anos, ou seja, foram estudados os precursores da auto-estima (Cassidy, 1988). Os resultados elevados obtidos na Escala Pictográfica de Percepção de Competência e Aceitação Social revelaram a tendência das crianças pequenas para

manifestarem sentimentos positivos de competência e de aceitação. Este facto reflecte a sua dificuldade em distinguir entre a realidade, por um lado, e o desejo de competência e aceitação, por outro (Harter & Pike, 1984; Stipek, 1981, cit. por Cassidy, 1990).

No presente estudo, foi analisada a associação entre a percepção de competência e de aceitação das crianças e o *bonding* parental, por um lado, e a percepção dos pais de *stress* parental, por outro. Verificou-se que as crianças cujo pai apresentava percepções de *bonding* paterno desadequado, tendiam a ter resultados mais baixos de percepção de aceitação parental e de competência (cognitiva), do que as crianças cujo pai tinha uma percepção de *bonding* paterno óptimo. Apenas encontramos resultados estatisticamente significativos para o pai. Relativamente ao *stress* parental, verificou-se que as crianças cujos pais (mãe e pai) percebiam níveis mais elevados de *stress* parental relativamente às características da criança, tendiam a perceber-se como menos competentes e aceites, particularmente na área cognitiva, do que as crianças cujos pais percebiam níveis mais baixos de *stress* no domínio da criança. Para a área de competência física não foram encontrados resultados estatisticamente significativos, possivelmente devido à baixa consistência interna da subescala competência física, também verificada por outros autores (e.g., Leal, 2006; Mata et al., 2008). Nos homens, quando os níveis de *stress* causados por características parentais eram elevados, as crianças não só apresentavam níveis mais baixos de competência, como também revelavam uma percepção mais baixa de aceitação, em particular parental. Estes resultados são surpreendentes na medida em que a subescala de aceitação materna remete para a relação com a mãe, e no entanto, só foram encontrados resultados estatisticamente significativos para o pai.

Nas mulheres, foram encontrados resultados elevados de *stress* na subescala de vinculação. As crianças cujas mães apresentavam uma percepção elevada de *stress* na subescala de vinculação, ou seja, percebiam um baixo investimento no papel de mãe, um padrão de interacção frio, com incapacidade real ou percebida de compreender os sentimentos e/ou necessidades da criança e níveis baixos de vigilância em relação aos comportamentos dos filhos (Santos, 2003), caracterizavam-se como menos competentes e aceites (total da escala Pictográfica), especialmente menos competentes (domínio de Competência) e em particular na área cognitiva (subescala de Competências cognitivas). Quando a disponibilidade emocional e o apoio da mãe, enquanto base segura, falha, a criança tende a construir um modelo de trabalho interno do *self* não competente e desvalorizado

(Bretherton & Munholland, 1999; Sroufe & Waters, 1977), com consequências negativas para o seu desenvolvimento posterior.

A autora procurou analisar em que medida os pais que atribuíram *bondings* desadequados aos seus pais próprios pais, tendiam a perceber comportamentos de vinculação insegura nos seus filhos. Foram encontrados resultados significativos para as percepções do pai e apenas para a subescala de Auto-regulação emocional. Os homens que perceberam tipos de *bonding* paternos desadequados, tenderam a perceber uma menor capacidade de auto-regulação emocional nos seus filhos, do que os pais que identificaram *bondings* paternos óptimos. Deste modo, a percepção dos homens sobre o estilo parental dos seus pais, está relacionada com a forma como percebe os comportamentos de vinculação dos seus filhos.

Tal como para os dois tipos de *bonding* parental, também foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os pais com níveis elevados e os pais com níveis baixos de *stress* parental, para a subescala de Auto-regulação emocional do PCV-M. Os resultados globais elevados de percepção de *stress* parental estão associados a resultados baixos de percepção de auto-regulação emocional nas crianças, para os homens e mulheres. Para as mulheres, o mesmo se verifica para o *stress* atribuído às características parentais. Diversos estudos analisaram a possível associação entre o conceito de *stress* parental e de vinculação e verificaram que mães de crianças menos seguras, tendem a apresentar níveis mais elevados de *stress* (e.g., Hadadian, 1996; Teti et al., 1991). Apesar de estarmos face à percepção dos pais dos comportamentos de vinculação dos filhos, podemos dizer que os resultados obtidos vão ao encontro do verificado na literatura.

Como referido, foi analisado em que medida as mulheres e os homens que identificam *bondings* parentais óptimos tendem a perceber o seu papel actual de pai/mãe como mais investido e motivante, em comparação com os homens/mulheres que atribuíram *bondings* desadequados aos seus pais. Esta hipótese não foi confirmada, uma vez que não foram encontrados resultados estatisticamente significativos na comparação dos dois tipos de *bonding*, para os resultados na subescala de vinculação do PSI.

Para além dos pais, a criança em idade escolar tem à sua volta uma rede de prestadores de cuidados (e.g., outros familiares, professores) que poderão ser figuras de vinculação (Owens et al., 1995). Embora na literatura ainda não tenha sido clarificada a relação da criança em idade escolar com o professor, a qualidade das relações de vinculação com os pais tem impacto na relação com o professor. Por exemplo, as crianças seguras em relação aos pais

são menos dependentes dos professores, mais ajustadas ao contexto escolar e recorrem mais ao professor enquanto base segura, do que as crianças com relações inseguras com os seus pais (e.g., Pianta, 1999; Toth & Cicchetti, 1996; Sroufe et al., 1983; Al-Yagon & Mikulincer, 2006). Por outro lado, o professor poderá constituir uma peça importante na capacidade de resiliência das crianças que crescem num contexto de vinculações inseguras (Howes & Hamilton, 1992). No presente estudo, considerámos igualmente a percepção do professor sobre o comportamento de vinculação da criança em idade escolar (primeiro ciclo), na medida em que partilham grande parte do dia com as crianças e poderão ser, eles próprios, figuras de vinculação, se se enquadrarem nos critérios identificados por Howes (1999), ou seja, prestarem cuidados físicos e psicológicos, desempenharem uma presença consistente na vida da criança e investirem emocionalmente na criança. Tal como Goossens e van Ijzendoorn (1990) verificaram não existir uma correspondência entre os padrões de vinculação aos pais e ao professor, para crianças de 15 meses, no presente estudo, com crianças mais velhas, não encontramos associação entre a percepção dos pais e a percepção dos professores sobre os comportamentos de vinculação das crianças. Estes resultados parecem validar a hipótese de que a relação com o professor tem uma história e um contexto distinto do vivido na relação com os pais. Contudo, neste estudo, é preciso salvaguardar o facto dos resultados sobre os comportamentos de vinculação reflectirem a percepção dos pais e dos professores, logo podemos estar a obter diferenças que se devem à perspectiva de quem responde ao questionário, e não propriamente a diferenças efectivas no comportamento real das crianças.

Chamamos a atenção para a importância de incluir nos estudos sobre a vinculação das crianças em idade pré-escolar e escolar, não só a mãe, mas também o pai. Na literatura há uma tendência para negligenciar a relação criança–pai devido à “hipótese de primazia da mãe” (Suess, Grossmann, & Sroufe, 1992), que assume que a relação de vinculação criança–mãe é mais predictor de resultados sócio-emocionais na criança, do que as relações de vinculação com pai. Contudo, alguns autores defendem que a relação de vinculação pai–criança e a relação mãe–criança tem impactos distintos e em domínios de funcionamento diferentes da criança (e.g., van Ijzendoorn et al., 1992). Se não tivéssemos considerado o pai neste estudo, não teríamos encontrado uma relação entre a memória dos estilos parentais e a percepção dos pais acerca dos comportamentos de vinculação da criança, por um lado, e a percepção de competência e aceitação da criança, por outro. Os sentimentos de valor estão intimamente relacionados com a capacidade de atenção e com os cuidados prestados pelas figuras parentais, face às necessidades de conforto e suporte da criança (Bowlby, 1973). O pai

desempenha um papel inegável em diferentes domínios de funcionamento da criança, como nos percursos da auto-estima, ao participar no dia-a-dia na construção dos modelos de trabalho internos de *self*.

Verificámos que os resultados foram mais expressivos para os pais, em comparação com as mães, quando as análises consideravam os estilos parentais. A autora não encontrou uma explicação para o facto. Novos estudos deverão ser levados a cabo, no sentido de esclarecer esta diferença tão evidente entre as respostas das mães e dos pais.

Apesar de estar amplamente difundido na literatura actual e de ter sido adaptado para países ocidentais e orientais, o PBI ainda não foi adaptado para a população portuguesa. Propomos que estudos futuros procedam a essa adaptação. O presente estudo constituiu o princípio desse esforço.

Para estudar os comportamentos de vinculação da criança, recorremos ao PCV-M para obter o relato de mães e pais e ao PCV-P para obter a percepção dos professores (Dias et al., 2007). Estes instrumentos, por serem ferramentas de auto-relato, facilitaram a recolha de dados e constituíram uma alternativa às metodologias de laboratório, de observação ou de análise de narrativas, mais morosas e complexas em termos do processo de preparação, aplicação e tratamento dos dados.

Utilizámos maioritariamente medidas de percepção dos pais (PBI - memória dos estilos parentais dos pais; PCV-M – percepção dos pais em relação ao comportamentos de vinculação dos filhos; e PSI - *stress* parental). Em estudos futuros, aconselhamos uma comparação entre a percepção dos pais e a percepção dos filhos, na análise dos comportamentos de vinculação da criança e dos estilos parentais. Desta forma, poderemos comparar as representações dos dois elementos que constituem a díade pais-filho.

Concluindo, através do presente estudo procurámos estabelecer uma ligação entre diferentes conceitos associados à teoria da vinculação e estudá-los empiricamente: o *bonding* parental, o *stress* parental, os comportamentos de vinculação da criança e os percursos da auto-estima. A importância de melhor compreender a sua relação, radica na possibilidade de permitir uma mais clara identificação de sistemas pais-filhos fragilizados, que necessitam de uma intervenção. A nossa abordagem pretendeu considerar a rede de prestadores de cuidados, alargando o âmbito do estudo para além da relação mãe-criança. Os resultados obtidos, mais expressivos para o pai, constituem um incentivo no sentido de considerar a participação dos homens nos estudos sobre a vinculação, em crianças em idade escolar.

## Referências

- Abidin, R. R. (1990). Introduction to the special issue: The stress of parenting. *Journal of Clinical Child Psychology, 19*, 298-301.
- Abidin, R. R. (1995). *Parenting Stress Index – Manual* (3<sup>rd</sup> ed.). Odessa: Psychological Assessment Resources.
- Adamakos, H., Ryan, K. & Ullman, D. (1996). Maternal social support as a predictor of mother/child stress and stimulation. *Child Abuse and Neglect: The International Journal, 10*, 463-470.
- Ainsworth, M. D. S. (1967). *Infancy in Uganda: Infant care and growth of love*. Baltimore: Johns Hopkins Press.
- Ainsworth, M. D. S. (1991). Attachments and other affectional bonds across the life cycle. In C. M. Parkes, J. Stevenson-Hinde, & P. Marris (Eds.), *Attachment across the life cycle* (pp. 33-51). London: Routledge.
- Ainsworth, M. D. S., Bell, S. M., & Stayton, D. J. (1974). Infant-mother attachment and social development: Socialisation as a product of reciprocal responsiveness to signals. In M. P. M Richards (Ed.), *The integration of a child into a social world* (pp. 99-137). New York: Cambridge University Press.
- Ainsworth, M. D. S., Blehar, M. C., Waters, E., & Wall, S. (1978). *Patterns of attachment: A psychological study of strange situation*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Ainsworth, M. D. S., & Marvin, R. S. (1995). On shaping of attachment theory and research: An interview with Mary D. S. Ainsworth (Fall 1994). *Monographs of the Society for Research in the Child Development, 60* (2-3), 3-21.
- Al-Yagon, M., & Mikulincer, M. (2006). Children's appraisal of teacher as a secure base and their socio-emotional and academic adjustment in middle childhood. *Research in Education, 75*, 1-18.
- Baker, B. L., Blacher, J, Crnic, K. A., & Edelbrock, C. (2002). Behavior problems and parenting stress in families of three-year-old children with or without development delays. *American Journal of Mental Retardation, 107*(6), 433-444.
- Bretherton, I. (1985). Attachment theory: Retrospect and prospect. *Monographs of the Society for Research in Child Development, 50*(209/1-2), 3-35.

- Bretherton, I. (1987). New perspectives on attachment relations; Security, communication, and internal working models. In J. Osofsky (Ed.), *Handbook of infant development* (2d. ed, pp. 1061-1100). New York: Wiley.
- Bretherton, I. & Munholland, K. A. (1999). Internal working models in attachment relationships: A construct revisited. In Cassidy & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (pp. 89-111). New York: The Guilford Press. .
- Bretherton, I., Ridgeway, D., & Cassidy, J. (1990). Assessing internal working models of the attachment relationship. An attachment story completion task for 3-year-olds. In M. T. Greenberg, D. Cicchetti, & E. M. Cummings (Eds.), *Attachment in preschool years: Theory, research and interventions* (273 – 308). Chicago: University of Chicago Press.
- Bowlby, J. (1969/ 1982). *Attachment and loss: Vol. 1. Attachment*. New York: Basic Books.
- Bowlby, J. (1973). *Attachment and loss: Vol. 2. Separation*. New York: Basic Books.
- Bowlby, J. (1979). *The making and breaking of affectional bonds*. London: Tavistock.
- Bowlby, J. (1980a). The growth of independence in young child. *Royal Society of Health Journal*, 76, 587-591.
- Bowlby, J. (1980b). *Attachment and loss: Vol. 3. Loss, sadness and depression*. New York: Basic Books.
- Bowlby, J. (1988). *A secure base: Clinical applications of attachment theory*. London: Routledge.
- Bureau, J, Béliveau, M., & Moss, E. (2006). Association entre l' attachement mère-enfant et les récits d'attachement à la période scolaire. *Revue Canadienne des Sciences du Comportement*, 38(1), 50-62.
- Butler, R. J., & Gasson, S. L. (2005). Self Esteem/self concept scales for children and adolescents: A review. *Child and Adolescent Mental Health*, 4(10), 190-201.
- Byrne, B. M. (1996). *Measuring self-concept across the life span*. Washington, DC.: American Psychological Association.
- Cassidy, J. (1988). Child-mother attachment and the self in six-year-Olds. *Child Development*, 59, 121-134.
- Cassidy, J. (1999). The nature of the child's ties. In Cassidy & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (pp. 89-111). New York: The Guilford Press.

- Cassidy, J. (1990). Theoretical and methodological considerations in the study of attachment and the self in young children. In M. T Greenberg, D. Cicchetti & M. E. Cummings (Eds.), *Attachment in the preschool years. Theory, Research and Intervention* (pp. 87-119). Chicago and London: University of Chicago Press.
- Canavarro, M. C., Dias, P., & Lima, V. (2006). A avaliação da vinculação do adulto: uma revisão crítica a propósito da aplicação da Adult Attachment Scale (AAS-R) na população Portuguesa. *Psicologia*, XX(1), 155-186.
- Cavedo, L. C., & Parker, G. (1994). Bonding instrument: Exploring for links between scores and obsessionality. *Society Psychiatry Psychiatric Epidemiology*, 29, 78-82.
- Cicchetti, D., Cummings, M. E., Greenberg, M. T., & Marvin, R. M. (1990). An organizational perspective on attachment beyond infancy. Implications for theory, measurement, and research. In M. T Greenberg, D. Cicchetti & M. E., Cummings (Eds.) *Attachment in the preschool years. Theory, research and intervention* (pp. 3-49). Chicago and London: University of Chicago Press.
- Cohen, O., & Dekel, R. (2000). Sense of coherence, ways of coping and well-being of married and divorced mothers. *Contemporary Family Therapy: An International Journal*, 22, 467-486.
- Cohen, S., Kessler, R. C., & Gordon, L. U. (Eds.). (1997) *Measuring stress: A guide for health and social scientists*. New York: Oxford University Press.
- Cole-Detke, H., & Kobak, R. (1996). Attachment processes in eating disorder and depression. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 64, 282-290.
- Crittenden, P. (1983). *Child-Adult Experimental Index*, Unpublished manual. University of Virginia, Charlottesville.
- Datta, P., Marcoen, A., & Poortinga, Y., (2005). Recalled early maternal bonding and mother – and self-related attitudes in young adult daughters: A cross-cultural study in India and Belgium. *International Journal of Psychology*, 40(5), 324-338.
- Dias, P., Soares, I., & Freire, T. (2002). Percepção materna do comportamento de vinculação da criança aos 6 anos: Construção de uma escala. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 2, 335-347.
- Dias, P., Soares, I., & Freire, T. (2004). Percepção do comportamento de vinculação da criança aos 6 anos: Construção de uma escala para professores. *Revista Portuguesa de Educação*, 1 (17), 191-207.

- Dias, P., Soares, I., Freire, T., & Rios, S. (2007). Escalas de percepção do comportamento da criança aos 6 anos: Versão para mães (PCV-M) e versão para professores (PCV-P). In M. R. Simões, C. Machado, M. Gonçalves & L. Almeida (Eds.), *Avaliação Psicológica, Volume III, instrumentos validados para a população portuguesa* (pp. 229-247). Coimbra: Quarteto.
- Duggan, C., Sham, P., Minne, C., & Murray, R. (1998). Quality of parenting and vulnerability to depression: Results from a family study. *Psychological Medicine*, 28, 185-199.
- Easterbrooks, M. A., & Abeles, R. (2000). Windows to the self in 8-years old: Bridges to attachment representation and behavioural adjustment. *Attachment & Human Development*, 2(1), 85-106
- Emler, N. (2001). *Self-Esteem: The costs and causes of low self-worth*. Rowntrow Foundation: London.
- Enns, M. W., Cox, B. J., & Clara, I. (2002). Parental bonding and adult psychopathology: Results from the US national comorbidity survey. *British Journal of Medical Psychology*, 32, 997-1008.
- Egeland, B., & Faber, E. (1984) Infant-mother attachment: Factors related to its development and changes over time. *Child Development*, 55, 753-771.
- Fairchild, S., R. (2006). Understanding attachment: Reliability and validity of selected attachment measures for preschoolers and children. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 2 (23), 235-261.
- Fisman, S., & Wolf, I. (1991). The handicapped child: Psychological effects of parental, marital, and sibling relationships. *Psychiatric clinics of North America*, 14(1), 199-217.
- George, C., Kaplan, N., & Main, M. (1985). *The Adult Attachment Interview*. Unpublished manuscript, University of California at Berkeley.
- Glickman, L., Tanaka, J.S., & Chan, E. (1991). Life events, chronic strain and psychological distress: Longitudinal causal models. *Journal of Community Psychology*, 19, 283-305.
- Gotlib, I. H., Mout, J.H., Corby, N. I., & Whiffen, V. E. (1988). Depression and perception of early parenting: A longitudinal investigation. *British Journal of Psychiatry*, 152, 24-27.
- Goossens, F., A., & van Ijzendoorn, M. H. (1990). Quality of infants' attachment to professional caregivers: Relation to infant-parent attachment, and day care characteristics, *Child Development*, 61, 832-837.
- Graffard M. (1956). Une méthode de classification sociale d'échantillons de la population. *Courrier*, 6, 455-459.

- Greig, A., & Howe, D. (2001). Social understanding, attachment security of preschool children and maternal mental health. *British Journal of Developmental Psychology, 19*, 381-393.
- Gupta, V. B. (2007). Comparison of parenting stress in different developmental disabilities. *Journal of Developmental & Physical Disabilities, 19(4)*, 417-425.
- Hadadian, A. (1996). Mother's stress: Implications for attachment relationships. *Early Child Development and Care, 125*, 59-66.
- Hansburg, H. G. (1972). *Adolescent separation anxiety: A method for the study of adolescent separation problems*. Springfield, IL: Thomas.
- Harter, S. (1982). The Perceived Competence Scale for Children. *Child Development, 53*, 87-97.
- Harter, S. (1983). Developmental perspectives on the self-system. In E. M. Hetherington (Ed.), *Handbook of child psychology* (pp. 275-385). New York: Wiley.
- Harter, S. (1989). Causes, correlates, and the functional role of global self-worth: A life span perspective. In J. Killigan & R. Sternberg (Eds.), *Perception of competence and incompetence across the life-span* (pp. 67-97). New Haven, CT: Yale University Press.
- Harter, S. (1995). *The Relational Self-worth Scale for Adolescence*. Unpublished instrument. University of Denver.
- Harter, S. (1996). Developmental changes in self-understanding across the 5 to 7 shift. In A., Sameroff & M. Haith (Eds.), *The five to seven year shift: The age of reason and responsibility* (pp. 207-235). Chicago: University of Chicago Press.
- Harter, S., & Pike, R. (1984). The Pictorial Scale of Perceived Competence and Social Acceptance. *Child Development, 55*, 1069-1082.
- Harter, S., Waters, P. & Whitesell, N. R. (1998). Relational Self-worth: Differences in perceived worth as a person across interpersonal contexts among adolescents. *Child Development, 69 (3)*, 756-766.
- Howes, C. (1999). Attachment relationships in the context of multiple caregivers. In J. Cassidy & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (pp. 671-87). New York: Guilford.
- Howes, C., & Hamilton, C. E. (1992). Children's relationships with child care teachers: Stability and concordance with parental attachments. *Child Development, 63*, 867-878.

- Huth-Bocks, A. C., Levendosky, A. A., Bogat, A., & Eye, A. V. (2004). The impact of maternal characteristics and contextual variables in infant-mother attachment. *Child Development, 75* (2), 480-496.
- Kaplan, N. (1985). *Procedures for administration of the Hansburg Separation Anxiety Test for younger children adapted from Klagsbrun and Bowlby*. Unpublished manuscript.
- Klagsbrun, M., & Bowlby, J. (1976). Responses to separation from parents: A clinical test for young children. *British Journal of Projective Psychology, 21*, 7-21.
- Kendler, K. S. (1996). Parenting: A generic-epidemiologic perspective. *American Journal of Psychiatry, 153*, 11-20.
- Laporte, L., & Guttman, H. (2007). Recollections of parental bonding among women with borderline personality disorder as compared with women with anorexia nervosa and a control group. *Australian Journal of Psychology, 59*(3), 132-139.
- Leal, S. (1996). O auto-conceito de crianças em idade escolar e pré-escolar. Monografia de fim de curso não publicada. ISPA, Lisboa.
- Lyons-Ruth, K. (1996). Attachment relationships among children with aggressive behaviour problems: The role of disorganized early attachment patterns. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 1*, 64-73.
- Lyons-Ruth, K., & Jacobvitz, D. (1999). Attachment disorganization: Unresolved loss, relationship violence, and lapses in behavioural and attentional strategies. In J. Cassidy & P.R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (pp. 520-554). New York: Guilford Press.
- Lichtenstein, J., & Cassidy, J. (1991). *The Inventory of Adult Attachment (INVAA): Validation of a new measure of adult attachment*. Paper presented at the biennial meeting of Society for Research in Child Development, Seattle, WA.
- Mackinnon, A. G., Henderson, A. S., & Andrews, G. (1993). Parental "affectionless control" as an antecedent to adult depression: A risk factor refined. *Psychological Medicine, 23*, 135-141.
- Main, M., & Cassidy, J. (1988). Categories of response to reunion with the parent at age 6: Predictable from infant attachment classifications and stable over a 1-month period. *Development Psychology, 24*, 1-12.
- Main, M., & Goldwyn, R. (1984). *Adult Attachment Classification System*. Unpublished manual. University of California, Berkeley.

- Main, M., & Goldwyn, R. (1985/1999). *Adult attachment scoring and classification system*. Unpublished scoring manual, Department of Psychology, University of California, Berkeley.
- Main, M., & Hesse, E. (1990). Parents' unresolved traumatic experiences are related to infant disorganized attachment status: Is frightened and/or frightening parent behaviour the linking mechanism? In M. T. Greenberg, D. Cicchetti, & E. M. Cummings (Eds.), *Attachment in the preschool years* (pp. 161-182). Chicago: University of Chicago Press.
- Main, M., Kaplan, N., & Cassidy, J. (1985). Security in infancy, childhood, and adulthood: A move to the level of representation. In I. Bretherton & E. Waters (Eds.), *Growing points in attachment theory and research. Monographs of the Society for Research in Child Development*, 50 (1-2, Serial No 209).
- Main, M., & Solomon, J. (1990). Procedures for identifying infants as disorganized/disoriented during the Ainsworth Strange Situation. In M.T. Greenberg, D. Cicchetti, & E. M. Cummings (Eds.), *Attachment in the preschool years* (pp. 121-160). Chicago: University of Chicago Press.
- Maroco, J. (2007). *Análise estatística com utilização do SPSS*. Edições Sílabo. Lisboa
- Marsh, H. W. (1987). The hierarchical structure of self-concept and the application of hierarchical confirmatory factor analysis. *Journal of Educational Measurement*, 24, 17-19.
- Marsh, H. W. (1993). Personality processes and individual differences, relations between global and specific domains of self: The importance of individual importance, certainty, and ideals. *Journal of Personality and Social Psychology*, 65(5), 975-992.
- Marsh, E. J., & Johnson, C. (1990). Determinants of parenting stress: Illustrations from families of hyperactive children and families of physically abused children. *Journal of Clinical Child Psychology*, 19, 313-328.
- Marvin, R. S., & Britner, P. A. (1999). Normative development: The ontogeny of attachment. In J. Cassidy & P.R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research and clinical applications* (pp. 44-67). New York: Guilford Press.
- Mata, L., Monteiro, V., & Peixoto, F. (2008). Escala de autoconceito para crianças em idade pré-escolar e 1º / 2º ano de escolaridade de Harter & Pike (1981, 1984). Não publicado.
- Meins, E., Fernyhough, C., & Russell, J. (1998). Security of attachment as a predictor of symbolic and mentalising abilities: A longitudinal study. *Social Development*, 7, 1-23

- Meyer, C., & Gillings, K. (2003). Parental bonding and bulimic psychopathology: The mediating role of mistrust/abuse beliefs. *International Journal of Eating Disorders*, 35, 229-233.
- Miljkovitch, R., Pierrehumbert, B., Bretherton, I. & Halfon, O. (2004). Associations between parental and child attachment representations. *Attachment & Human Development*, 6(3), 305-325.
- Miller, B. C., & Sollie, D. L. (1980). Normal stresses during the transition to parenthood. *Family Relationships*, 29, 459-465.
- Moss, E., Rousseau, D. Parent, S., St.-Laurent, D., & Saintonge, J. (1998). Correlates of attachment at school age: Maternal reported stress, mother-child interaction, and behavior problems. *Child Development*, 69(5), 1390-1405.
- O'Connor, E., & McCartney, K. (2006). Testing associations between young children's relationships with mothers and teachers. *Journal of Education Psychology*, 98(1) 87-98.
- Owens, G., Crowell, J. A., Pan, H., Treboux, D., O'Connor, E., & Waters, E. (1995). The prototype hypothesis and the origins of attachment working models: Adult relationships with parents and romantic partners. In E. Waters, B. E. Vaughn, G. Posada & K. Kondo-Ikemura (Eds.). Caregiving, cultural, and cognitive perspectives on secure-base behaviours and working models, *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 60 (2-3, serial No. 244), pp. 216-34.
- Parker, G., Fairley M., Greenwood, J., Jurd, S., & Silove, D. (1982). Parental representations of schizophrenics and their associations with onset and course of schizophrenia. *British Journal of Psychiatry*, 141, 573-581.
- Parker, G. Tupling, H., & Brown L. B. (1979). A parental bonding instrument. *British Journal of Medical Psychology*, 52, 1-10.
- Peixoto, F.(2003). *Auto-estima, autoconceito e dinâmicas relacionais em contexto escolar*. Dissertação de Doutoramento não publicada. Universidade do Minho: Braga.
- Pianta, R. C. (1996). *The Student-Teacher Relationship Scale*. Manuscrito não publicado. Charlottesville, VA: Universidade de Virginia.
- Pianta, R. C. (1999). *Enhancing Relationships between children and teachers*, Washington DC: American Psychological Association.
- Pianta, R. C. (2001). *Student-Teacher Relationship Scale: Professional manual*. Odessa, FL: Psychological Assessment Resources.

- Pianta, R. C., & Egeland, B. (1990). Life stress and parenting outcomes in a disadvantages sample: Results of mother child interaction projects. *Journal of Clinical Child Psychology, 19*, 329-336.
- Pianta, R. C., Egeland, B., & Sroufe, L.A. (1990). Maternal stress and children's development: Prediction of school outcomes and identification of protective factors. In J. Rolf, A. Masten, D. Cicchetti, K. Neuchterlein, & S. Weintraud (Eds.), *Risk and protective factors in the development of psychopathology* (pp 215-235). New York: Cambridge University Press.
- Qadir, F., Stewart, R., Klan, M., & Prince, M. (2005). The validity of the Parental Bonding Instrument as a measure of maternal bonding among young Pakistani women. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology, 40*, 276-282.
- Raikes, H.A., & Thompson, R. A. (2006). Family emotional climate, attachment security and young children's emotion knowledge in a high risk sample. *The British Psychological Society, 24*, 89-104.
- Reti, I. M., Samuels, J. F., Eaton, W. W., Bienvenu, O. J., Costa Jr., P. T., & Nestaltdt, G. (2002). Adult antisocial personality traits are associated with low parental care and maternal overprotection. *Acta Psychiatrica Scandinavica, 106*, 126-133.
- Rosenstein, D. S., & Horowitz, H. A. (1996). Adolescent attachment and psychopathology. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 64*, 244-253.
- Ruffin, C. L. (1993). Stress and health: Little hassles vs. major life events. *Australian Psychologist, 28*, 201-208.
- Sagy, S. & Antonovsky, H. (2000). The development of the sense of coherence: A retrospective study of early life experiences in the family. *International Journal of Aging and Human Development, 51*, 155-166.
- Santos, S. V. (1992). Adaptação portuguesa para crianças em idade escolar do Parenting Stress Index (PSI): Resultados preliminares. *Revista Portuguesa de Psicologia, 28*, 115-132.
- Santos, S. V. (1996). *Parenting stress Index (PSI): Comparação entre as respostas das amostras normativas americana e portuguesa*. Comunicação apresentada no IV Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia, Lisboa.
- Santos, S. V. (2003). *Adaptação Portuguesa do Manual PSI- Índice de Stress Parental, Parenting Stress Index*. Lisboa: Cegoc.

- Scheeran, T., Marvin, R., & Pianta, R. (1997). Mother's resolution of their child's diagnosis and self-reported measures of parenting stress, marital relations and social support. *Journal of Pediatric Psychology, 22*(2), 197-212.
- Solomon, J., & George, C. (1996). Defining the caregiving system: Toward a theory of caregiving. *Infant Mental Health Journal, 17*, 183-197.
- Solomon, J., & George, C. (1999). The measurement of attachment security in infancy and childhood. In J. Cassidy & P.R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (pp. 287-316). New York: The Guildford Press.
- Spencer, M., B., & McLoyd, V. C. (1990). Special issue on minority children. *Child Development, 36*(2), 263-589.
- Sroufe, L. A. (1985). Attachment classification from the perspective of infant-caregiver relationships and infant temperament. *Child Development, 56*, 1-14.
- Sroufe, L. A., & Fleeson, J. (1986). Attachment and construction of relationships. In W. Hartup & Z. Rubin (Eds.), *Relationships and Development* (pp. 51-57). Hillsdale, N. J.: Erlbaum.
- Sroufe, L. A. Fox, N. E., & Pancake, V. R. (1983). Attachment and dependency in developmental perspective. *Child Development, 54*, 1615-1627.
- Sroufe, L. A., & Waters, E. (1977). Attachment as an organization construct. *Child Development, 48*, 1184-1199.
- Suess, G. J., Grossmann, K. E., & Sroufe, L. A. (1992). Effects of infant attachment to mother and father on quality of adaptation in preschool: From dyadic to individual organization of self. *International Journal of Behavioral Development, 15*, 43 – 65.
- Taylor, J., Y., Washington, O. G. M., Artinian, N. T., & Lichtenberg, P. (2007). Parental stress among African American parents and grandparents. *Issues in Mental Health Nursing, 28*(4), 373-387.
- Takeuchi, D. T., Williams, D. R., & Adair, R. K. (1991). Economic stress in family and children's emotional and behavioural problems. *Journal of Marriage and Family, 53*, 1031-1041.
- Teti, D. M., Nakagawa, M., Das, R., & Wirth, O. (1991). Security of attachment between preschoolers and their mothers: Relations among social interaction, parenting stress, and mother's sorts of attachment Q-set. *Developmental Psychology, 27*(3), 440-447.

- Thompson, R. A. (1999). Early attachment and later development. In J. Cassidy & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (pp. 265-285). New York: Guilford Press.
- Torresani, S., Favaretto, E., & Zimmermann, C. (2000). Parental representation in drug-dependent patients and their parents. *Comprehension Psychiatry*, 41, 123-129.
- Toth, S., & Cicchetti, D. (1996). The impact of relatedness with mother on school children's appraisal of teacher as a secure base functioning. *Journal of School Psychology*, 34, 247-66.
- Uji, M., Tanaka, N., Shono, M., & Kitamura, T. (2006). Factorial structure of the Parental Bonding Instrument (PBI) in Japan: A study of Cultural, development, and gender influences. *Child Psychiatry Human Development*, 37, 115-132.
- van IJzendoorn, M. H. (1995a). Of the way we are: On temperament, attachment, and the transmission gap: A rejoinder to Fox (1995). *Psychological Bulletin*, 117(3), 411-415.
- van IJzendoorn M. H. (1995b). The association between adult attachment representation and infant attachment, parental responsiveness, and clinical status: A meta-analysis on the predictive validity of Adult Attachment Interview. *Psychological Bulletin*, 113, 404-410.
- van IJzendoorn, M. H., Sagi, A. & Lambermon, M. W. E. (1992). The multiple caretaker paradox: Data from Holland and Israel. *New Directions for Child Development*, 57, 5-24.
- Vaughn, B., & Waters, E. (1990). Attachment behaviour at home and in the laboratory: Q-sort observations and the strange situation classification of one-year-old. *Child Development*, 61, 1965-1973.
- Veríssimo, M., Duarte, I., Monteiro, L., Santos, A., & Meneses, A. (2003). Qualidade da vinculação à mãe e à educadora. *Psicologia*, XVII(2), 453-469.
- Verschueren, K., & Marcoen, A. (1999). Representation of self and socioemotional competence in kindergartners: Differentials and combined effects of attachment to mother and to father. *Child Development*, 70, 183-201.
- Verschueren, K., Marcoen, A. & Schoefs (1996). The internal working model of the self, attachment, and competence in five-year-olds. *Child Development*, 67, 2493-2511.
- Ward, M., & Carlson, E. (1995). Association among adult attachment representations, maternal sensitivity, and infant-mother attachment in a sample of adolescent mothers. *Child Development*, 66, 69-79.

- Warren, S. L., Huston, L., Egeland, B., & Sroufe, L.A (1997). Child and adolescent: Anxiety disorders and early attachment. *Journal of the American Academy of Child and Adolescence Psychiatry*, 36, 637-644.
- Waters, E. (1987). *Attachment behaviour Q-set (revision 3.0)*. Unpublished instrument, State University of New York at Stony Brook, Department of Psychology.
- Waters, E. (1995). The attachment Q-Set. In E. Waters, B. E. Vaughn, G. Posada & Kondo-Ikemura (Eds.), *Caregiving, cultural, and cognitive perspectives on secure-base behaviour and working models. Monographs of the Society for Research in Child Development*, 60 (2-3 Serial No. 244), 247-254.
- Waters, E., Kondo-Ikemura, K., Richters, J. E., & Posada, G. (1991). Learning to love: Milestones and mechanisms. In M. Gunner & A. Sroufe (Eds), *Self process and development. The Minnesota Symposia on Child Development* (V. 23). Hillsdale, Nj: Erlbaum.
- Webster-Stratton, C. (1990). Stress: A potential disruptor of parent perceptions and family interactions. *Journal of Clinical of Child Psychology*, 19, 302-312.
- Willinger, U., Heiden, A. M., Meszaros, K., Forman, A. K., & Aschauer, H. N. (2002). Maternal bonding behaviour in schizophrenia and schizoaffective disorder, considering premorbid personality traits. *Australian and New Zealand Journal of Psychiatry*, 36, 663-668.
- Willinger, U., Diendorfer-Radner, G., Willnauer, R., Jorgl G., & Hager V. (2005). Parenting stress and parental bonding. *Behavioral Medicine*, 31, 63-69.
- Zeanah, C. H., Benoit, D. Hirshberg, L. Barton, M. L., & Regan, C. (1994). Mothers' representation of their infants are concordant with infant attachment classifications. *Development Issues in Psychiatry and Psychology*, 1, 9-18.
- Zweig-Frank, H., & Paris, J. (1991). Parent's emotional neglect and overprotection according to the recollections of patients with borderline personality disorder. *American Journal of Psychiatry*, 148, 648-651.